

EVELYN BETTINELLI ROMUALDO

**INCLUSÃO SOCIAL E ESPORTIVA DOS PORTADORES DE NECESSIDADES  
ESPECIAIS NOS JOGOS COLEGIAIS DO PARANÁ**

CURITIBA

2006

EVELYN BETTINELLI ROMUALDO

**INCLUSÃO SOCIAL E ESPORTIVA DOS PORTADORES DE NECESSIDADES  
ESPECIAIS NOS JOGOS COLEGIAIS DO PARANÁ**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de especialista no Curso de Pós-Graduação em Metodologias Inovadoras Aplicadas à Educação, na especificidade Educação Inclusiva, modalidade à distância, da Faculdade Internacional de Curitiba – FACINTER.

Prof<sup>ª</sup>. Genoveva Ribas Claro

CURITIBA

2006

Dedico esta monografia a todas as  
pessoas que participaram dos Jogos  
Colegiais do Paraná.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, que me capacitou e guiou no desenvolvimento desta monografia.

Aos meus pais e namorado, pelo suporte em amor e paciência.

À professora Rejane, pela contribuição na definição do tema e pelos contatos que foram feitos para realizar a pesquisa.

À professora Teumaris, pela disposição na revisão da monografia.

*“O que atenta para o ensino acha o bem,  
e o que confia no Senhor, esse é feliz”.  
(Provérbios, 16:20)*

## RESUMO

Esta monografia teve como tema a inclusão social e esportiva dos alunos portadores de necessidades especiais (PNE) na Fase Final dos 52º Jogos Colegiais do Paraná (JOCOP's), realizado na cidade de Curitiba, nos dias 07 a 17 de julho de 2005. Foram abordados temas referentes à Educação Física, Inclusão, Sociologia e Políticas Públicas do Esporte. O objetivo geral foi investigar se a inclusão social dos alunos portadores de necessidades especiais estava realmente caracterizada, além da inclusão esportiva, nos JOCOP's. Os objetivos específicos foram: levantar dados quantitativos e qualitativos referentes à inclusão social e esportiva dos alunos portadores de necessidades especiais das escolas participantes nos 52º JOCOP's – presente na seção de Procedimentos Metodológicos; registrar as situações relatadas pelos dirigentes das escolas, quanto à inclusão social de seus alunos PNE nos momentos da viagem, abertura dos JOCOP's, alimentação, alojamentos, jogos, atuação da arbitragem, incluindo as situações discriminatórias e as situações exemplares de inclusão – presente na seção de Apresentação dos Dados; discutir sobre os relatos apresentados pelos dirigentes com base nos documentos e literaturas que defendem a inclusão social dos PNE – presente na seção de Discussão e propor caminhos para que a inclusão social e esportiva dos PNE nos JOCOP's seja realmente efetiva – presente nas Considerações Finais. A metodologia utilizada foi uma pesquisa de campo de caráter descritivo, aplicada através de um questionário com três perguntas, às 26 escolas de educação especiais indicadas pela Paraná Esporte, que participaram da fase final dos JOCOP's. Destas 26 escolas, apenas 8 responderam ao questionário. Os resultados confirmaram uma das hipóteses desta monografia: a participação dos alunos PNE aumenta a cada ano nos JOCOP's, e a inclusão social deles cresce aos poucos na comunidade esportiva. A outra hipótese, que afirmava que ainda existe discriminação por parte de professores e alunos participantes dos JOCOP's em relação à participação dos alunos portadores de necessidades especiais nos jogos, não foi considerada plenamente verdadeira pela maioria das escolas que responderam ao questionário. Pôde-se concluir que os JOCOP's são efetivamente um campeonato que promove a integração entre os alunos PNE e os alunos do ensino regular, através do esporte e também por meio de atitudes inclusivas, como o fato de os alojamentos e refeitórios terem sido os mesmos para as escolas especiais e regulares de cada região e os jogos dos PNE acontecerem nos mesmos locais de competição e em horários intercalados com os jogos regulares nas modalidades de atletismo, basquete, futsal e natação. Estes fatores contribuíram para que o público reconhecesse e valorizasse as possibilidades e o esforço dos atletas PNE nos JOCOP's.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	05
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	07
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	09
2.1 INCLUSÃO SOCIAL.....	09
2.2 INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO ESPORTE.....	10
2.3 DIFICULDADES.....	12
2.4 DOCUMENTOS.....	13
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	15
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	16
4.1 DISCUSSÃO.....	35
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	43
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	45
<b>APÊNDICE</b> .....	48

## **1 INTRODUÇÃO**

O tema desta monografia é a investigação da inclusão social e esportiva dos alunos portadores de necessidades especiais (PNE), que participaram da fase final dos 52º Jogos Colegiais do Paraná (JOCOP's), realizada no período de 07 a 17 de julho de 2005, na cidade de Curitiba.

Serão abrangidas as áreas do conhecimento referentes à Educação Física, Inclusão, Sociologia e Políticas Públicas do Esporte.

Desde que os JOCOP's voltaram a ser realizados, em 2003, os alunos portadores de necessidades especiais, com deficiência mental, – que nestes jogos abrange também aqueles com Paralisia Cerebral (PC) e com Síndrome de Down (SD) – deficiência visual, deficiência física e/ou deficiência auditiva, participam nas modalidades esportivas de atletismo, basquetebol, futebol de salão (futsal) e natação. Sendo que a participação de alunos com deficiência auditiva e a modalidade de natação foram inseridas no regulamento da competição e iniciadas a partir do ano de 2005.

A inclusão esportiva dos alunos PNE vem sendo maior a cada ano nos JOCOP's, e este trabalho questiona: a inclusão social dos alunos portadores de necessidades especiais - além da inclusão esportiva - nos Jogos Colegiais do Paraná tem sido efetiva?

Segundo dados da Paraná Esporte, na fase final dos 52º JOCOP's, aproximadamente 58 escolas de educação especial participaram dos jogos, que acontecem nos mesmos locais dos jogos de alunos das escolas regulares. Todos os alunos compartilharam dos mesmos locais de alojamento e refeitório oferecidos às delegações pela organização dos jogos.

Os Jogos Colegiais do Paraná é um evento esportivo que reúne em sua fase final cerca de nove mil crianças do Paraná, e que contando com suas fases regionais e macro-regionais abrangem aproximadamente 350 mil alunos de escolas públicas e particulares, de 399 cidades do estado, na idade de 12 a 17 anos. É reconhecido pelo Governo Federal como o “maior evento de inclusão social através do esporte” (SCHLEDER, 2005).

Visto a grande abrangência deste evento, é de se esperar que seja realmente o maior evento de inclusão social por meio do esporte, pois reúne alunos de escolas regulares e especiais provindos de diferentes classes sociais de todo o Paraná.



Porém, devido a inclusão ser um fato recente nestes jogos, em anos anteriores ocorreram atitudes que revelaram discriminação muitas vezes por falta de informação ou preconceito contra o diferente ou desconhecido por parte dos próprios participantes dos jogos, sejam eles professores ou alunos-atletas.

Nesta pesquisa serão coletados dados referentes à inclusão social dos PNE nos JOCOP's e relatados fatos que caracterizem atitudes inclusivas e discriminatórias.

O objetivo geral desta monografia é investigar se a inclusão social dos alunos portadores de necessidades especiais está realmente caracterizada, além da inclusão esportiva, nos Jogos Colegiais do Paraná.

Os objetivos específicos são:

- a) Levantar dados quantitativos e qualitativos referentes à inclusão social e esportiva dos alunos portadores de necessidades especiais das escolas participantes nos 52º JOCOP's;
- b) Registrar as situações relatadas pelos dirigentes das escolas, quanto à inclusão social de seus alunos PNE nos momentos da viagem, abertura dos JOCOP's, alimentação, alojamentos, jogos, atuação da arbitragem, incluindo as situações discriminatórias e as situações exemplares de inclusão;
- c) Discutir sobre os relatos apresentados pelos dirigentes com base nos documentos e literaturas que defendem a inclusão social dos PNE;
- d) Propor caminhos para que a inclusão social e esportiva dos PNE nos JOCOP's seja realmente efetiva.

Para alcançar os objetivos dispostos acima, realizou-se uma pesquisa de campo com a aplicação de um questionário para 26 escolas especiais que participaram da fase final dos Jogos Colegiais do Paraná. Este questionário foi montado com base nas hipóteses que seguem abaixo:

- A participação dos alunos PNE aumenta a cada ano nos JOCOP's, e a inclusão social deles cresce aos poucos na comunidade esportiva;
- Ainda existe discriminação por parte de professores e alunos participantes dos JOCOP's em relação à participação dos alunos portadores de necessidades especiais nos jogos.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica do presente trabalho aborda a terminologia de inclusão e de pessoa portadora de necessidades especiais; o que é a inclusão social; a inclusão social por meio do esporte; as dificuldades para a inclusão ser efetiva e também documentos, leis e decretos sobre a inclusão dos portadores de necessidades especiais na sociedade.

### 2.1 INCLUSÃO SOCIAL

O termo *portador de necessidades especiais* (PNE) tem sido o mais utilizado e aceito, pois não focaliza na deficiência da pessoa e sim nas adaptações especiais que ela precisa para melhor desempenhar sua cidadania num ambiente comum a todos.

A inclusão implica na modificação da sociedade para que a pessoa PNE tenha condições de se desenvolver e exercer sua cidadania.

Conforme Cidade e Freitas (1997, p.26), essas modificações são transformações de pequeno e grande porte tanto nos ambientes físicos quanto na mentalidade das pessoas, até mesmo da pessoa com necessidades especiais; isto tem o objetivo de a sociedade não só aceitar e valorizar as diferenças de cada um, mas por meio da compreensão e da cooperação aprender a conviver com a diversidade humana.

O termo *inclusão social* não é sinônimo de inclusão esportiva, pois esta última facilita a inclusão social dos PNE nas atividades esportivas ofertadas enquanto que a primeira envolve fatores como aceitação e respeito à diversidade da comunidade como um todo.

Sassaki (1997, p. 41) conceitua inclusão social como o: “processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”.

Ele complementa a afirmação falando que a inclusão social é um processo bilateral, onde as pessoas que ainda estão excluídas e a sociedade buscam, juntas, solucionar e resolver problemas e assim igualar as oportunidades para todos.

Abranches (2000, p.38), defende a idéia que “o convívio social só é possível pela aceitação e pelo respeito à diferença. E a diferença é a marca construtiva de cada sujeito; é o que nos define e nos torna únicos”.

Nem sempre o convívio social se dá de forma pacífica; existem muitas vezes conflitos que podem ou não gerar mudanças para melhor.

Para Mantoan (2004), a inclusão social “provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade educacional, que por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno”. Ela continua afirmando que o aluno de uma escola inclusiva é um sujeito “que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes e essenciais”. A autora conclui com a afirmação: “se a escola não ensinar a incluir, a sociedade terá mais tempo para perpetuar a exclusão nas suas formas mais sutis e mais selvagens”.

A “inclusão total” é um termo utilizado para descrever uma ação que cresce em âmbito mundial e também que ocorre nos JOCOP’s. Se trata da “inclusão total e imediata, mesmo que “forçada”... em tempo integral”, sendo uma “estratégia efetiva para diminuição da desigualdade social como um todo”. Alguns debatedores do assunto defendem a inclusão total, outros, porém consideram-na como “inclusão xiita”. Para estes últimos, a inclusão total é perigosa, pois pode elevar os índices de evasão e também recriar situações excludentes como a discriminação.

Os que são contra a inclusão total afirmam que:

Os procedimentos inclusivos precisam ser acompanhados de uma preparação, que inclui a revisão das normas arbitrárias de normalidade, secularmente aplicadas. Criticam a aplicação indiscriminada de princípios que, mesmo sendo legítimos e justos, podem ser contaminados pelo descrédito e pela desesperança (GLAT e OLIVEIRA, 2005).

## 2.2 INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO ESPORTE

O esporte é um meio muito eficaz para promover a inclusão social.

Para Rezende (apud Sasaki, 1997, p.92), o espetáculo presente no esporte e a superação dos limites dos indivíduos atraem a atenção da sociedade para as pessoas portadoras de necessidades especiais, fazendo com que mediante uma situação informal, como o esporte, sejam conhecidas suas potencialidades – que muitas vezes são subestimadas – e assim, a imagem preconceituosa em relação a essas pessoas seja desfeita.

Senatore (apud Sasaki, 1997, p.97) comenta sobre programas de integração de portadores de necessidades especiais de forma segregativa como os campeonatos e práticas esportivas exclusivas para pessoas deficientes e até separadamente para os diversos tipos de deficiência. Ele exemplifica com o programa das Olimpíadas Especiais, que é feito de forma segregada para pessoas com deficiência mental, e que busca “o alto nível de cada atleta, e não o atleta de alto nível”. Outro exemplo de evento esportivo segregado seriam as Paraolimpíadas.

Esse modelo segregado é muito questionado, e por isso se busca a integração social das pessoas portadoras de necessidades especiais, junto com as não-portadoras de deficiência, por meio da prática de esportes, lazer, turismo e recreação. Sasaki (1997, p.97) afirma que para que esta integração ocorra de forma efetiva, o interessado deve ter condições físicas e habilidades para se locomover nesses ambientes, que geralmente têm várias barreiras arquitetônicas.

A inclusão por meio do esporte traz benefícios tanto para os portadores de necessidades especiais quanto para as outras pessoas, pois todos estão sujeitos às mesmas regras (com pequenas adaptações, em alguns casos) e oportunidades.

Helal (1990, p. 70) explica sobre a parte democrática do esporte mediante a Sociologia, onde todos são iguais, por estarem sujeitos às mesmas regras, e onde todos partem das mesmas oportunidades. Mesmo que no fim do jogo ou da competição, se definam os vencedores e os perdedores, esse resultado é justo porque todos tiveram as mesmas oportunidades, condições e direitos para competir.

Para ele, as máximas do esporte ‘*Que vença o melhor*’ ou ‘*O importante é competir*’, “refletem o ideal democrático da competição esportiva, enfatizando os méritos dos vencedores e incentivando os perdedores a se transformarem nos vencedores de amanhã” (idem).

Na continuidade Helal afirma que na sociedade, a herança econômica e cultural da família, as redes de relações pessoais de cada indivíduo e os privilégios concedidos para poucos definem quase de antemão os vencedores e perdedores. O esporte quebra esta regra, pois seu resultado não é definitivo; “vence o que joga melhor dentro das regras estabelecidas, mas o vencedor de hoje pode ser o perdedor de amanhã e vice-versa. O resultado é sempre incerto, e também nunca é definitivo” (idem).

O esporte permite que a visão de mundo das pessoas envolvidas tenha um crescimento que poderia não ser conseguido de outra forma; praticando esporte as

peças ganham confiança, aprendem a ter determinação, superar seus limites, e a conviver com pessoas de diversas culturas, unidas pela linguagem universal do esporte.

## 2.3 DIFICULDADES

Falando sobre dificuldades, Westland (apud Sasaki, 1997, p.99), comenta sobre as barreiras de acesso aos logradouros públicos e programas recreativos e de lazer para pessoas com necessidades especiais. Ele diz que as pessoas que planejam estes locais não têm a devida consideração para com as pessoas PNE quando estão desenvolvendo programas ou políticas. Ele afirma: “De fato, na maioria dos casos, a inclusão de pessoas com deficiência é considerada uma adaptação ou um ajustamento que poderia ser feito somente quando recursos orçamentários a mais puderem ser encontrados”.

Alguns portadores de deficiência se deparam com dificuldades referentes a educação. Algumas afirmativas com relação a essas dificuldades fazem parte do questionário que foi aplicado na pesquisa de campo desta monografia, e revelam que nem todas as escolas e estruturas sociais estão preparadas para receber o portador de deficiência porque:

- os professores não se sentem preparados para atender adequadamente às necessidades desse educando;
- receiam não serem capazes de facilitar o seu desenvolvimento global;
- as crianças/jovens que não portam deficiências não foram preparadas sobre como aceitar ou como brincar com o colega com deficiência e, por isso, chegam às vezes a rejeitá-lo;
- os edifícios foram construídos para pessoas sem deficiência, marginalizando, de imediato, alunos e portadores de deficiência física e visual;
- muitos dos profissionais da escola se opõem à integração desses alunos;
- algumas famílias de crianças/jovens não portadores de deficiência temem que este contato seja prejudicial a seus filhos ou não dignifique a escola;
- os pais e familiares de crianças/jovens com deficiência têm receio de que seu filho tenha dificuldade no relacionamento interpessoal na escola, preferindo mantê-lo em casa ou em instituições especializadas;
- o próprio portador de deficiência não foi ensinado e encorajado a enfrentar o mundo e a sociedade com confiança em si próprio; não sabe que tem um lugar que é seu e que as pessoas sem deficiência necessitam de sua participação, pois mais ninguém pode desempenhar seu papel no grupo a que pertence;
- ele tem DIREITOS e DEVERES. (GUIMARÃES e ROSS, 2003, p.66).

Simon (2000, p. 53) realizou uma pesquisa com professores e pais em uma instituição da América do Norte, sobre a inclusão de alunos com deficiências nas salas regulares, onde verificou que muitos professores não apreciam que alunos

especiais sejam incluídos, mas que quando isso ocorre, preferem ter um aluno PNE que consiga acompanhar regularmente a aula.

Outra dificuldade se refere à Educação Física Adaptada, que surgiu oficialmente nos cursos de graduação, mediante a Resolução nº. 03/87, do Conselho Federal de Educação, prevendo a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. Portanto, existem muitos professores atuando sem ter recebido em sua formação, conteúdos e/ou assuntos que pertencem à Educação Física Adaptada ou à Inclusão (CIDADE e FREITAS, p.27).

## 2.4 DOCUMENTOS

Neste capítulo serão citados trechos de documentos, leis e decretos que defendem a inclusão e esclarecem os direitos das pessoas PNE.

No Regulamento dos 52º Jogos Colegiais do Paraná, para Portadores de Necessidades Especiais, em seu Capítulo I, Art. 2º, estão definidos os objetivos dos JOCOP's - PNE:

- I - Favorecer o desenvolvimento global das pessoas com necessidades especiais e sua integração na sociedade;
- II - Proporcionar atividades que contribuam para o aprimoramento psicomotor dos alunos;
- III - Estimular a participação dos alunos-atletas de várias idades;
- IV - Favorecer aos alunos-atletas a aquisição de experiências que venham enriquecer seus conhecimentos e facilitar sua relação com o meio, contribuindo desta forma para o exercício da cidadania. (p.6)

Com base na Declaração de Málaga, que foi convertida em Lei pelo Decreto nº. 3956, de 8 de outubro de 2001, em seu Artigo 1º, os termos de deficiência e de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência são definidos como:

### 1. Deficiência

O termo "deficiência" significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

### 2. Discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência

a) o termo "discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência" significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

b) Não constitui discriminação a diferenciação ou preferência adotada pelo Estado Parte para promover a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência. Nos casos em que a legislação interna preveja a declaração de interdição, quando for necessária e apropriada para o seu bem-estar, esta não constituirá discriminação.

Em seu Art. 2º, esta Convenção da Organização dos Estados Americanos, declara que tem por objetivo: “prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade”.

O Decreto nº. 914, de 6 de setembro de 1993, em seu Capítulo 3º, Artigo 5º, que trata das Diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, decreta em seu inciso 3º que são diretrizes: “incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas, as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, saúde, trabalho, à edificação pública, seguridade social, transporte, habitação, cultura, esporte e lazer”.

A integração dos portadores de necessidades especiais no ensino regular é uma diretriz constitucional segundo o Plano Nacional de Educação – Educação Especial, presente no Artigo 208, inciso III, e há 10 anos faz parte da política governamental:

Tal política abrange: o âmbito social, do reconhecimento das crianças, jovens e adultos especiais como cidadãos e de seu direito de estarem integrados na sociedade o mais plenamente possível; e o âmbito educacional, tanto nos aspectos administrativos (adequação do espaço escolar, de seus equipamentos e materiais pedagógicos), quanto na qualificação dos professores e demais profissionais envolvidos.

Na Lei nº. 8069, de 13 de junho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu capítulo IV, que dispõe acerca do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, o Artigo 53º, garante que:

a criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Como se pode ver nestes documentos existem várias leis e decretos que garantem o direito ao esporte para os portadores de necessidades especiais, tanto a nível escolar, como para fins de recreação e lazer.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa de campo deste trabalho teve um caráter descritivo e foi realizada por meio da aplicação de um questionário produzido para este fim (Apêndice A).

Conforme Silva e Silva [2005], a pesquisa descritiva procura “descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros fenômenos, sua natureza e características” e “não interfere na realidade, apenas descreve e interpreta os fatos que influenciam o fenômeno estudado, estabelecendo correlação entre variáveis”.

As autoras continuam afirmando que a pesquisa descritiva “abrange aspectos gerais e amplos de um contexto, analisando e identificando as diferentes formas dos fenômenos, sua ordenação e classificação, as relações de causa e efeito” (SILVA e SILVA, [2005]).

A Paraná Esporte, organizadora deste evento, forneceu dados referentes às escolas especiais necessários para realização desta pesquisa. E então foram enviados os questionários por meio de fax e/ou correio eletrônico para as 26 escolas especiais indicadas pela Paraná Esporte.

A coleta dos dados foi feita no período de 15 de agosto à 19 de setembro. Apenas oito escolas especiais responderam ao questionário no período proposto para esta pesquisa.

As escolas são das cidades de Bela Vista do Paraíso, Cascavel, Curitiba, Palotina, Pato Branco, Sarandi, Siqueira Campos e Tibagi; serão identificadas como Escola A: EEE V.M; Escola B: CEHP M.S.; Escola C: EEE R.F.; Escola D: EEE M.M.V.; Escola E: EEE S.N.; Escola F: EEE A.A.V.; Escola G: EEE L.B.; Escola H: EEE. R.



## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Serão apresentados e discutidos somente os dados referentes às escolas que responderam ao questionário.

Conforme o Regulamento dos JOCOP's, no Capítulo II, Artigo 3º, define-se:

**Parágrafo Primeiro – Deficiência Mental (DM):** Apresenta perda de função cognitiva, segundo a associação Americana de Deficiência Mental, ou de acordo com a classificação médica deficiência mental leve, moderada ou severa).**Parágrafo Segundo – Deficiência Física (DF):** Apresenta comprometimento no(s) membro(s) superior(es). O comprometimento na mão deverá ser em sua totalidade.

**Parágrafo Terceiro – Deficiência Visual (DV):**

**11** – Percepção luminosa até incapacidade de reconhecer movimento de mão em ambos os olhos ou no melhor olho.

**12** – Da capacidade de reconhecer movimento de mão até acuidade 2/60 e campo visual menor que 5 graus em ambos os olhos ou no melhor olho.

**13** – Acuidade visual entre 2/60 e 6/60 e o campo visual entre 5 graus e 20 graus em ambos os olhos ou no melhor olho.

**Parágrafo Quarto – Deficiência Auditiva (DA):** Apresenta perda auditiva acima de 70 decibéis em ambos os ouvidos.

Conforme o capítulo IV, Artigo 8º, do regulamento da competição, sobre as condições de participação, nos JOCOP's disputam alunos-atletas devidamente matriculados até a data de 31 de março de 2005, que são divididos em duas classes: CLASSE "A": nascidos até 31/12/1990 e CLASSE "B": nascidos de 01/01/1991 até 31/12/1993. Não é permitido que os alunos-atletas participem em classes diferentes da sua idade. Esta é uma adaptação feita somente na participação dos portadores de necessidades especiais. Para os alunos regulares, a classe "A" é para nascidos de 01/01/1988 até 31/12/1990 e a classe "B" para nascidos de 01/01/1991 até 31/12/1993.

Na primeira pergunta do questionário, questionou-se quantos atletas participaram em cada categoria e modalidade, por tipo de deficiência.

Das escolas que responderam ao questionário, nenhuma participou da modalidade de basquetebol, portanto, só serão analisadas as modalidades de atletismo, futsal e natação.

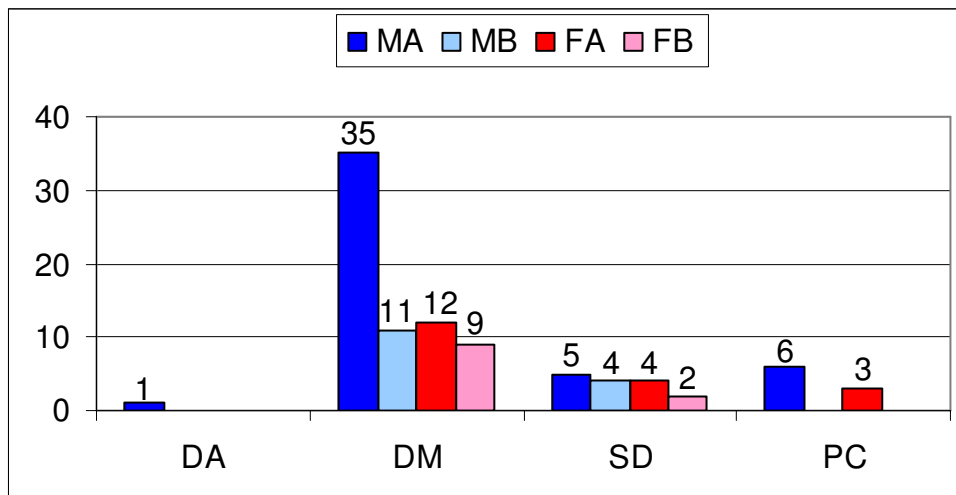


Gráfico 1 – Quantidade de alunos-atletas por tipo de deficiência e categoria na modalidade de Atletismo.

No atletismo, a maior participação das escolas que responderam ao questionário foi dos alunos-atletas com deficiência mental, totalizando trinta e cinco da categoria masculino A (MA), onze da categoria masculino B (MB), doze da categoria feminino A (FA) e nove da categoria feminino B (FB). Em seguida, vem a participação dos alunos com Síndrome de Down, contando com cinco alunos-atleta da categoria MA e 4 da MB, quatro atletas da categoria FA e duas do FB. Os alunos-atletas com Paralisia Cerebral participantes do atletismo foram seis na categoria MA e três na categoria FA. Somente um atleta com Deficiência Auditiva, na categoria MA (Gráfico 1).

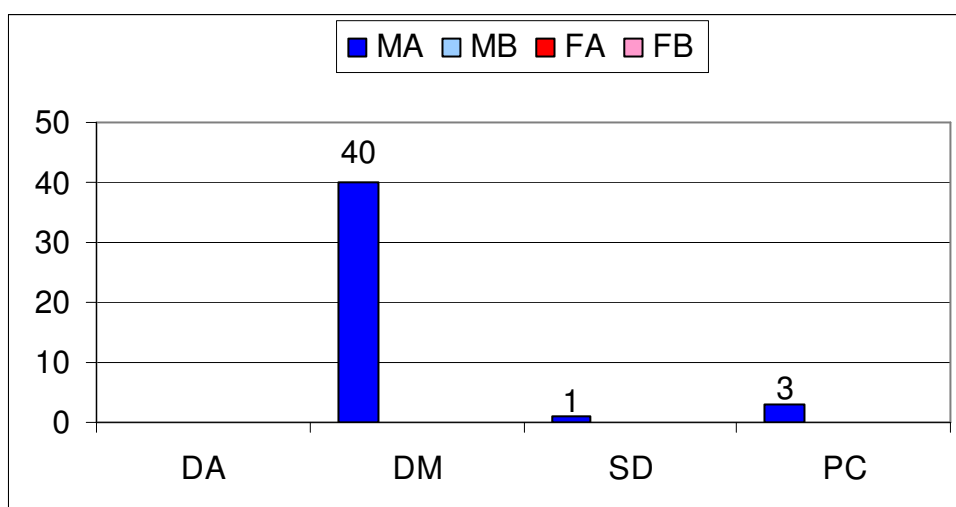
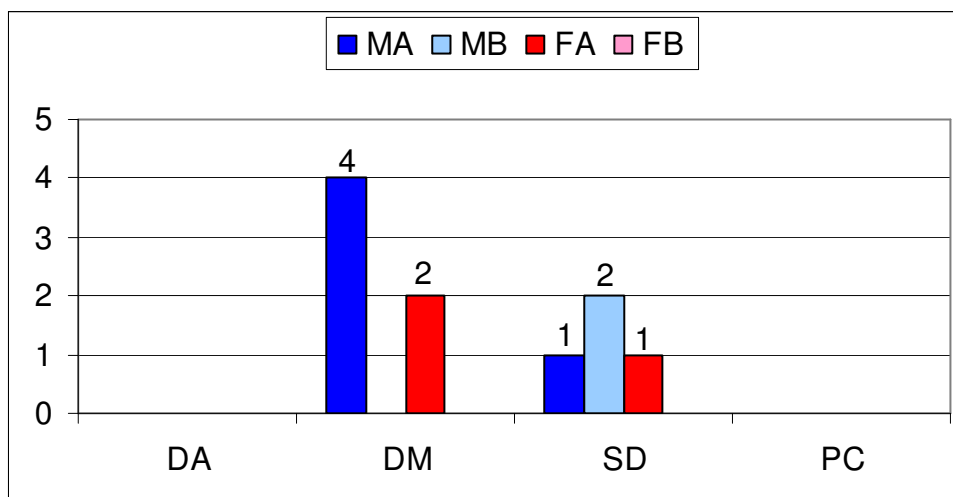


Gráfico 2 – Quantidade de alunos-atletas por tipo de deficiência e categoria na modalidade de Futsal.

Mais uma vez, na modalidade de futsal, o maior número de participantes foi o da categoria masculino A, com Deficiência Mental, totalizando quarenta alunos-atletas. Um atleta com Síndrome de Down e três com Paralisia Cerebral também participaram do futsal juntamente com os portadores de deficiência mental.



Gráfico 3 – Quantidade de alunos-atletas por tipo de deficiência e categoria na modalidade de Nata o.

Na modalidade de nata o, das escolas que responderam ao questionário, somente dez atletas participaram, sendo quatro da categoria MA, e dois da categoria FA, com deficiência mental; com Síndrome de Down participaram um aluno da categoria MA, dois da MB, e um da FA.

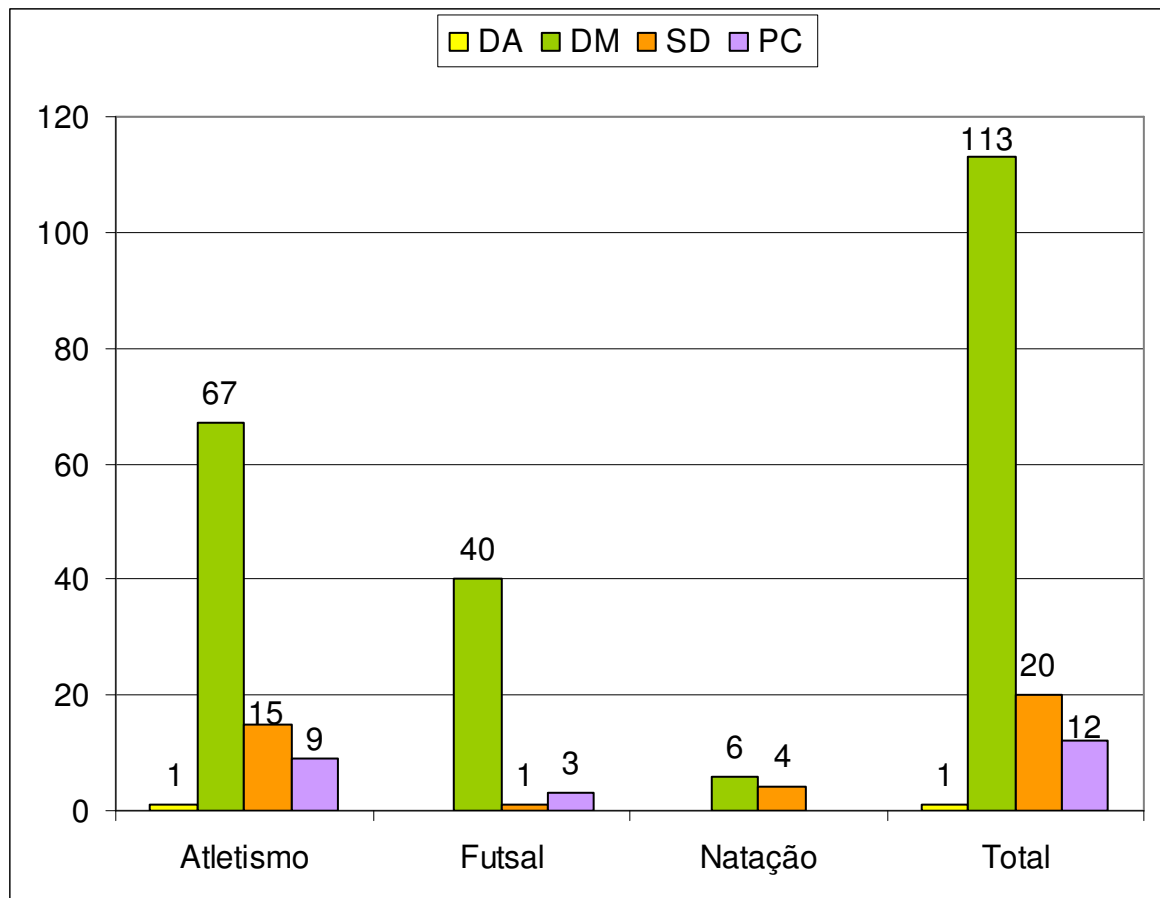


Gráfico 4 – Quantidade total de alunos-atletas por tipo de deficiência em todas as modalidades.

No total, noventa e dois atletas participaram do atletismo, sendo sessenta e sete com Deficiência Mental, quinze com Síndrome de Down, nove com Paralisia Cerebral e um com Deficiência Auditiva. No futsal, quarenta e quatro atletas participaram, sendo quarenta com Deficiência Mental, um com Síndrome de Down e três com Paralisia Cerebral. Na natação, dez atletas participaram, sendo seis com Deficiência Mental e quatro com Síndrome de Down. Das escolas que responderam ao questionário, cento e quarenta e seis atletas participaram no total, sendo cento e treze alunos com Deficiência Mental, vinte com Síndrome de Down, doze com Paralisia Cerebral e um com Deficiência Auditiva.

Com estes dados podem-se levantar perguntas como: por que é maior a participação de alunos-atletas com Deficiência Mental? Por que o atletismo é o esporte que possui a maior participação dos atletas PNE, enquanto que a natação tem uma participação menor? Por que a modalidade de futebol de salão, só teve a

participação na categoria de deficiência mental aberto masculina, sendo que foi ofertada também para deficiências física, visual e auditiva em ambos os sexos?

Na tabela a seguir pode-se ver as modalidades esportivas ofertadas nos JOCOP's com o respectivo número de atletas permitido, por modalidade, sexo e classe:

Modalidades	Deficiência Mental								Deficiência Física				Deficiência Visual				Deficiência Auditiva					
	Aberto				Adaptado				Fem		Masc		Fem		Masc		Fem		Masc			
	Fem		Masc		Fem		Masc		A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B		
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B		
Atletismo (*)	12	09	12	09	12	12	12	12	12	09	12	09	12	09	12	09	12	09	12	09		
Atletismo (**)	15	15	15	15	10	10	10	10	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15		
Basquete	12	12	12	12															12	12	12	12
Futsal	12	12	12	12					12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	
Natação	10	10	10	10					10	10	10	10										

(\*) Fase Regional/ (\*\*) Fase Final

Tabela 1: Modalidades esportivas ofertadas nos JOCOP's com o respectivo número de atletas permitido, por modalidade/sexo/classe (Regulamento dos JOCOP'S, Cap. VI, Art.10º, p.8).

Na segunda pergunta do questionário, pediu-se que as escolas avaliassem e relatassem quantitativamente e qualitativamente as condições de viagem, os alojamentos, o refeitório, os jogos e abertura, a atuação da arbitragem, alguma situação discriminatória ou preconceituosa e situações boas e exemplares que ocorreram na Fase Final dos 52º Jogos Colegiais do Paraná.

Algumas escolas descreveram qualitativamente sobre as questões levantadas. Veja algumas respostas:

Qualitativamente falando acredito que ainda há algumas adequações a serem feitas, principalmente no tocante a participação dos atletas com necessidades especiais, pois há adaptações para que estes possam estar bem amparados. Mas acredito também que por se tratar a terceira edição após a reimplantação dos JOCOP's, estas adaptações serão realizadas. Quanto a infra-estrutura das provas, posso dizer que foram ótimas, apenas faltou a distribuição de água aos atletas durante a realização das provas, principalmente atletismo (Escola A).

Pela avaliação que fez a pessoa responsável pela escola A, pode-se perceber seu otimismo quanto às melhorias que deverão ocorrer nas próximas edições dos JOCOP's para os PNE. Devido a esta competição ser recente, ainda existem pontos

a serem melhorados, e esta escola observa que houve falha na logística da distribuição de água aos atletas na modalidade de atletismo.

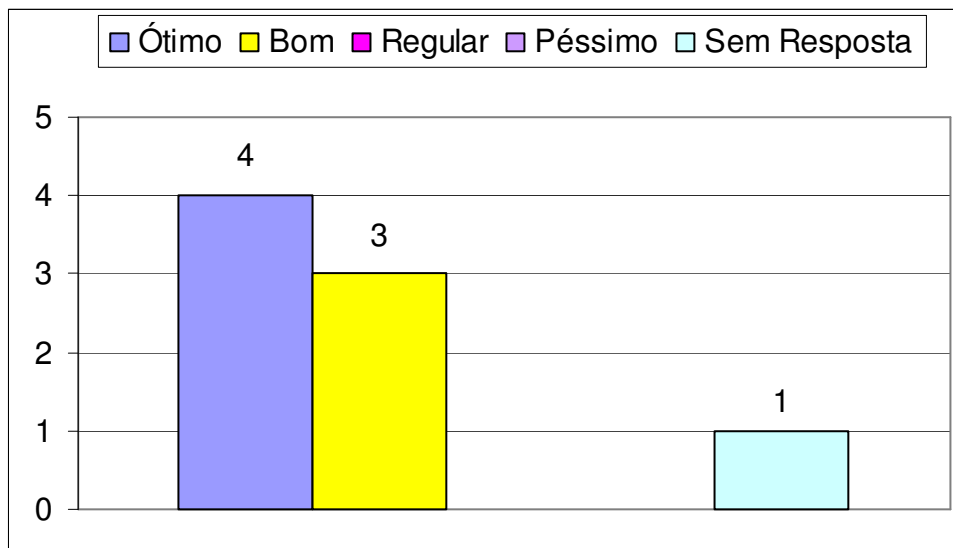


Gráfico 5: Avaliação qualitativa sobre as condições de viagem.

Analisando o gráfico 5 quanto às condições de viagem, quatro escolas consideraram ótimas as condições, três consideraram boas e uma não respondeu à questão.

Algumas das escolas também descreveram suas opiniões quanto às condições de viagem. A escola A relatou: *“Por estarmos de transporte próprio, posso dizer que nossas condições de viagem foram ótimas”*; a escola B não viajou porque é da cidade de Curitiba. A escola C escreveu que: *“A fase regional foi realizada na nossa própria cidade Pato Branco, já para a fase final em Curitiba, inicialmente tivemos problemas com o ônibus que nos foi cedido, mas depois trocamos de ônibus e ficou tudo bem”*. A escola D viajou com o transporte cedido pelo município. A escola E relatou: *“A APAE de Tibagi nos deu boas condições de viagem”*. A escola F considerou o transporte como bom, devido a prefeitura ter oferecido esse atendimento. A escola G relata que o transporte foi cedido pelo município pois *“o governo do Estado e Secretaria de Esporte não forneceram o transporte para as escolas e cada escola teve que providenciar seu próprio transporte até a capital”*.

No segundo item desta questão, pediu-se às escolas para avaliarem os alojamentos. As escolas foram alojadas por município, possibilitando a uma maior

integração entre as crianças portadoras e não-portadoras de necessidades especiais.

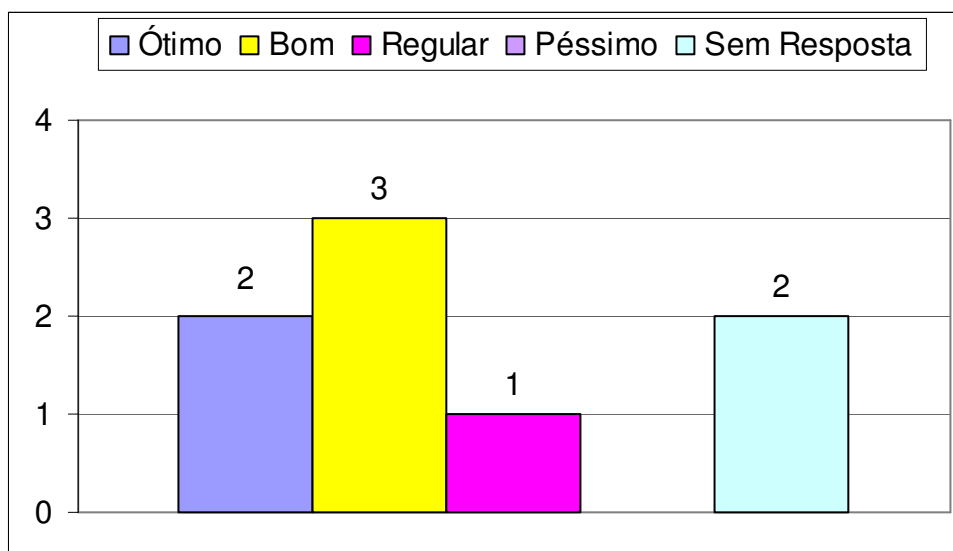


Gráfico 6: Avaliação qualitativa sobre os alojamentos.

De acordo com o gráfico 6, duas escolas consideraram os alojamentos como “ótimo”, três escolas como “bom”, uma escola como “regular” e duas não responderam à este item.

As escolas também avaliaram de forma descritiva as condições de alojamento. A escola A, mesmo tendo algumas dificuldades devido às barreiras arquitetônicas presentes na escola onde se alojaram, classificou como “bom” o alojamento e relatou: *“Como atendemos crianças com necessidades especiais, o nosso alojamento disponibilizava um grande número de escadas para chegar a sala, o que dificultava o nosso trabalho, pois alguns de nossos alunos apresentavam dificuldade de locomoção”*. A escola C sugere que os alojamentos poderiam ser mais limpos. A escola D relatou que: *“Faltou água um dia inteiro. Os banheiros eram poucos para tantos atletas e professores”*. A escola E acredita que o fato de ter se alojado no mesmo local dos colégios do ensino regular e da mesma região facilitou a socialização. A escola F considerou: *“Boa estrutura para banho, alimentação e localização”*. E o professor responsável pela escola G relatou: *“Quanto ao alojamento penso que precisa haver mais disciplina, mais regras e que os professores acompanhantes precisam se impor mais para que haja mais controle de horários”*.

No terceiro item da mesma questão foram avaliadas as condições do refeitório.

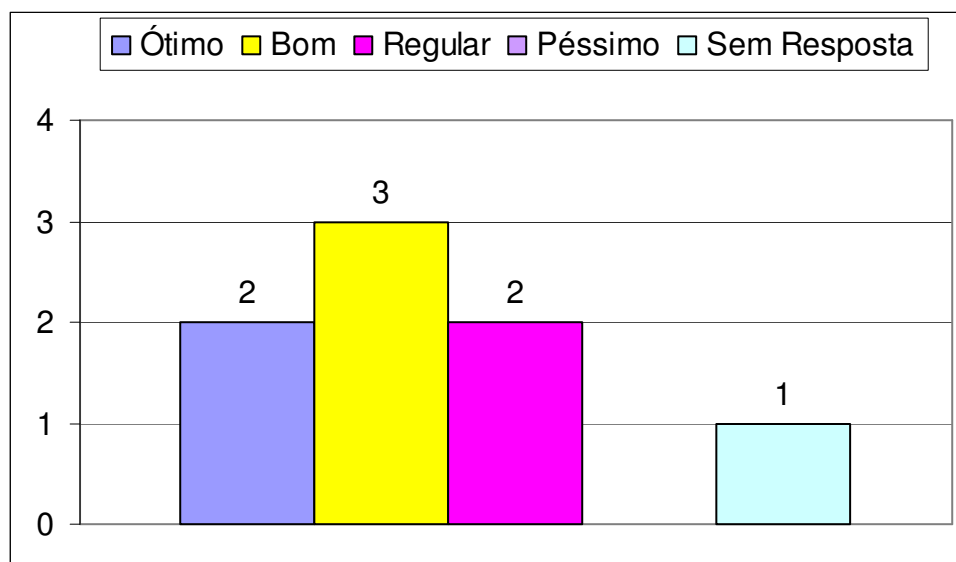


Gráfico 7: Avaliação qualitativa sobre o refeitório.

Analisando o gráfico 7, constata-se que duas escolas classificaram o refeitório como “ótimo”, três como “bom”, duas como “regular” e uma escola não respondeu à questão.

Quanto ao refeitório, apenas três escolas avaliaram descritivamente. A escola A relatou: *“Como o espaço era aberto e o mês escolhido para a realização da fase final é de clima frio, passamos frio no momento em que íamos realizar as refeições”*. A escola D afirmou que: *“Na maioria das vezes o arroz era servido meio cru. Não havia uma programação para os alunos que estavam competindo e chegaram mais tarde. Estes alunos às vezes ficavam sem algum tipo de mistura. O pessoal da cozinha se esforçou, mas ficou a desejar”*. E a escola G entendeu que: *“Devido ao grande número de alunos houve dias em que alimentação não estava preparada adequadamente”*.

Estas três escolas revelaram situações que não foram adequadas, pois se sentiram prejudicados ou pelo local que era aberto, propiciando que o clima frio atrapalhasse seu momento de refeição; ou pela preparação da comida, que, segundo duas escolas, não estava adequada, ou não havia algum tipo de mistura para a refeição, quando chegavam num horário mais tarde que o inicial para comer a refeição.



O quarto item da questão 2 se refere à Cerimônia de Abertura dos Jogos Colegiais do Paraná, realizada no dia 8 de julho, no Ginásio do Tarumã e aos Jogos em si.

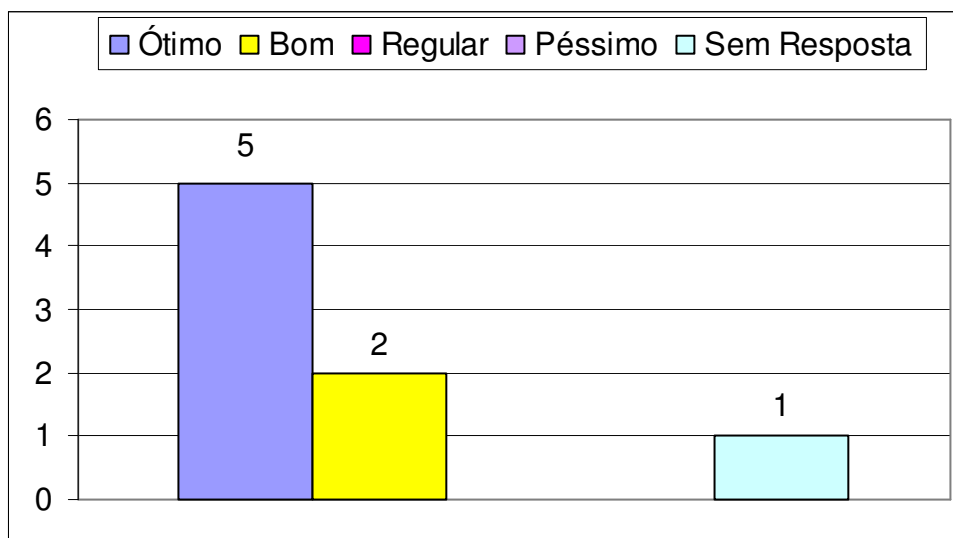


Gráfico 8: Avaliação qualitativa sobre os jogos e a cerimônia de abertura dos JOCOP's.

De acordo com o gráfico acima, constata-se que cinco escolas consideraram “ótimo” os jogos e a cerimônia de abertura, duas classificaram como “bom” e uma escola não respondeu a questão.

Qualitativamente, quatro escolas avaliaram os jogos e a abertura. A escola A afirmou que: *“A abertura posso dizer que estava um espetáculo, com apresentações culturais de primeira qualidade. Espero que continuem sempre assim”*. A escola D relatou: *“Não participamos, pois no sorteio não fomos escolhidos. Eram muitos e o transporte interno levou poucos”*. A escola F parabenizou a organização: *“Apresentação diferente e que prendeu a atenção de todas. Abertura rápida, bonita e objetiva. Parabéns para a organização”*. A escola G relatou além da abertura também sobre os jogos, sugerindo: *“Quanto aos jogos poderiam estar repensando a questão dos guias, pois haviam poucos, e o transporte saia pela manhã e só retornava a tarde, deixando os alunos esperarem por muito tempo nos locais de competição, uma vez que as mesmas ficavam muito longe do alojamento. Abertura: Diferente e muito boa”*.

Pode-se afirmar então que a aceitação dos Jogos e da Cerimônia foi positiva. Apenas uma das escolas que respondeu a este questionário não participou da abertura por não ter sido sorteada e também devido ao transporte interno ser limitado.

O quinto item da questão 2 foi sobre a atuação da arbitragem.

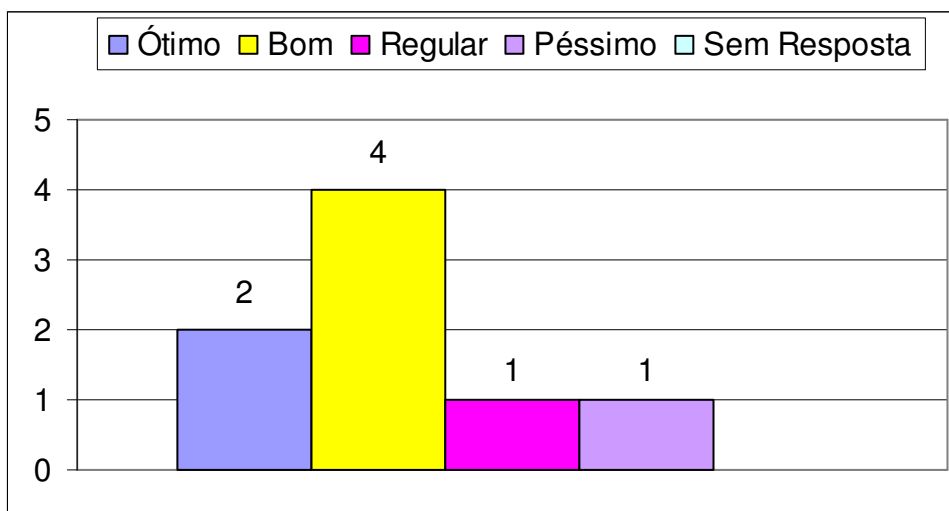


Gráfico 9: Avaliação qualitativa sobre a atuação da arbitragem.

De acordo com o gráfico 9, pode-se afirmar que duas escolas consideraram a atuação da arbitragem como “ótimo”, quatro escolas como “bom”, uma como “regular” e uma como “péssima”. Este foi o único item que obteve a resposta de todas as 8 escolas que responderam ao questionário.

Qualitativamente, a escola A declarou sobre a atuação da arbitragem: “*Não posso dizer que foi 100%, mas dentro do possível, acredito ter sido boa*”. A escola D afirmou que eles não tiveram nenhuma reclamação nas modalidades em que participaram. E a escola G relatou que: “*Durante o futsal, tinha árbitros que estavam sentados na arquibancada interferindo na arbitragem de quem estava atuando dentro da quadra. Atletismo: teve árbitros que deixaram de acompanhar o aluno na linha de chegada e assim prejudicaram alguns atletas que na saída eles saltavam o cronômetro no barulho do tiro e não na fumaça do revólver*”.

Ainda na segunda questão foi pedido que as escolas relatassem sobre situações preconceituosas ou discriminatórias e também sobre situações exemplares de inclusão.

Sobre situações preconceituosas ou discriminatórias, a escola A relatou: *“Como estávamos alojados com o ensino regular, por alguns momentos sentimos por parte de alguns alunos um pouco de preconceito, principalmente na hora das refeições, pois alguns dos nossos alunos necessitam de ajuda, e por várias vezes necessitamos intervir em defesa deles”*; a escola B afirmou que: *“Em um evento como esse, não dá para avaliar esta questão, pois os contatos são estreitos, ou melhor, nada flexíveis”*. As escolas C, D e F não chegaram a presenciar nenhuma situação discriminatória nestes jogos. A escola E relatou que *“A discriminação por mais sutil que seja sempre haverá, mas não houve nenhum tipo de preconceito por mim presenciado”*. As escolas G e H afirmaram que ao contrário de situações preconceituosas, ocorreram situações de integração entre os alunos do ensino regular e os alunos PNE, conforme as afirmativas a seguir: *“Este ano não temos não nesta fase dos jogos, houve uma excelente integração entre os portadores de necessidades especiais e o ensino regular”* (Escola G) e *“Não houve, pelo contrário como o refeitório e o alojamento eram juntos, houve várias situações de integração”* (Escola H).

Sobre situações boas e exemplares, a escola A relatou que:

A integração não foi de todo mal, pois também proporcionou uma maior integração entre os alunos especiais e os alunos do ensino regular. Houve aqueles que entenderam e reconheceram os esforços em fazer novas amizades. Com o tempo, estas diferenças que ainda existem irão se extinguir. Um ponto positivo que não posso deixar de comentar é o reconhecimento do público que prestigiava as provas de atletismo para com o esforço dos atletas especiais em superar seus próprios limites. Participar é o mais importante!

A escola B citou um fato ocorrido na modalidade de natação, na UNICENP: *“Todos os nadadores na UNICENP – PNE foram acolhidos com aplausos a terminarem suas provas”*. A escola C relatou parte de suas atividades de integração feitas no alojamento: *“Nós colocávamos músicas à noite para nossos alunos dançarem, e eles convidaram alunos do ensino regular para vir dançar com eles, e os que foram convidados dançaram. Acredito que houve uma boa interação entre todos”*. A escola D afirmou que *“Os alunos do ensino Regular procuravam em alguns momentos conversar com nossos alunos”*. A escola E afirmou que *“A inclusão da Educação Especial nos JOCOP's veio para acrescentar o valor educativo dos Jogos”*. A escola F assinalou como fator exemplar o *“Convívio com os alunos do regular”*. A escola G observou o *“Respeito do ensino regular e aos portadores de*

*necessidades especiais, onde houve integração social entre todos*". Finalmente, a escola H relatou como situações boas e exemplares as "Refeições junto com os outros alunos, brincadeiras, jogos de truco com os alunos do ensino regular, conversas, paqueras, passeios que foram feito em Curitiba com os demais alunos. O jogo do Atlético e Coritiba que os alunos assistiram".

A questão 3 foi formulada e adaptada com base nas afirmativas de Guimarães e Ross (2003, p.66), já citadas no capítulo de Fundamentação Teórica desta monografia. Pediu-se que as escolas classificassem de acordo com a intensidade (como "pouca", "média" ou "muita") as afirmativas referentes às dificuldades que impedem que a inclusão social dos PNE nos JOCOP's seja efetiva.

A primeira afirmativa dizia: "Ainda existe discriminação por parte de professores participantes dos JOCOP's contra a participação dos alunos portadores de necessidades especiais nos jogos".

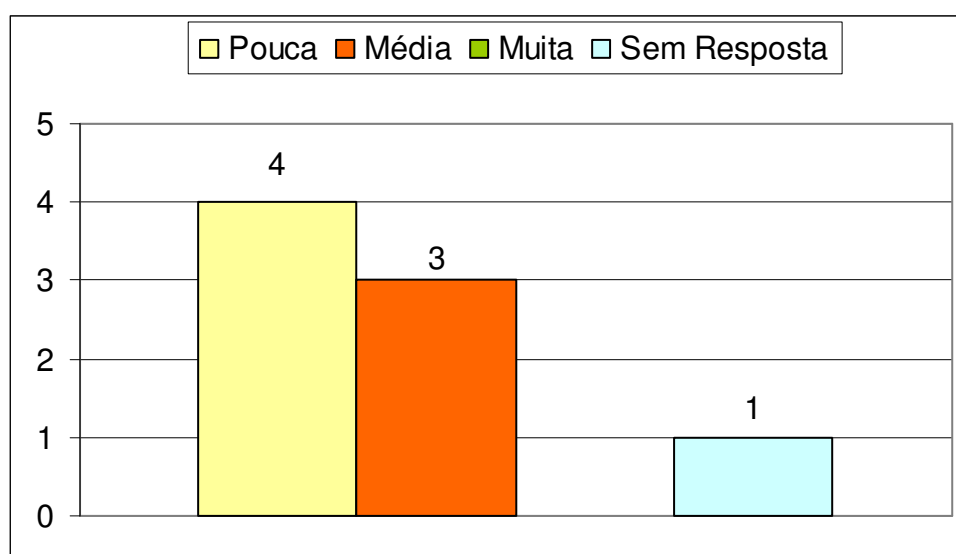


Gráfico 10: Afirmativa 1 - Quanto à existência de discriminação dos professores contra a participação de alunos PNE nos JOCOP's.

No gráfico 10, pode-se observar que em relação a esta afirmação, quatro escolas consideraram como "pouca" a intensidade em que ocorre, três escolas classificaram como "média" e uma escola não respondeu a esta questão como foi proposta, mas, criou uma nova intensidade chamada "não presenciamos".

A segunda afirmativa dizia: “Ainda existe discriminação por parte de alunos regulares participantes dos JOCOP’s contra a participação dos alunos portadores de necessidades especiais nos jogos”.

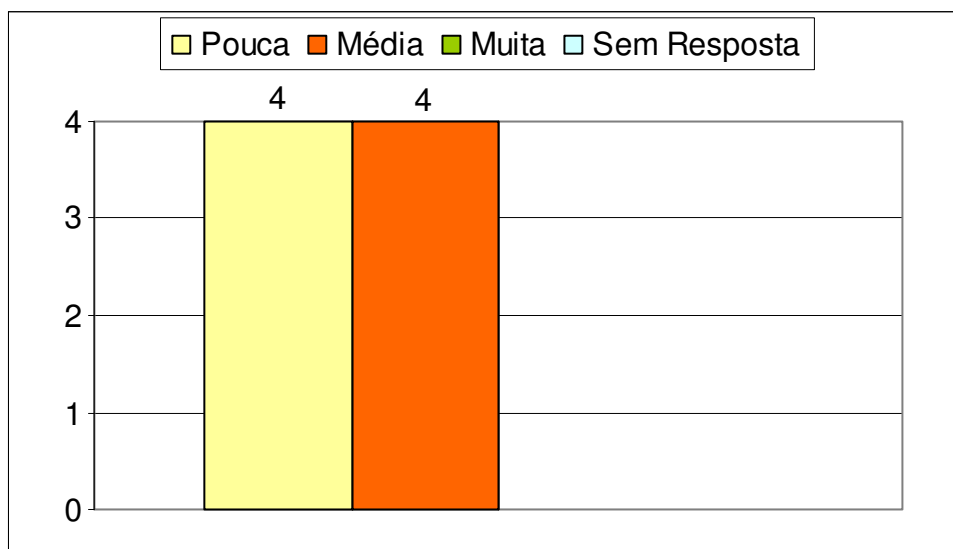


Gráfico 11: Afirmitiva 2 - Quanto à existência de discriminação dos alunos regulares contra a participação de alunos PNE nos JOCOP's.

Conforme o gráfico 11 pode-se observar que metade das escolas que responderam ao questionário acredita que existe “pouca” discriminação dos alunos regulares contra a participação de alunos PNE nos JOCOP's e que a outra metade considera essa discriminação como “média”.

As duas primeiras afirmações tiveram o objetivo de responder à hipótese desta monografia que dizia: Ainda existe discriminação por parte de professores e alunos participantes dos JOCOP's em relação à participação dos alunos portadores de necessidades especiais nos jogos. Na seção de Discussão estes dados serão analisados mais profundamente.

A afirmação 3 se referia à “Falta de qualificação dos professores que não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos que pertencem à Educação Física Adaptada ou à inclusão”.

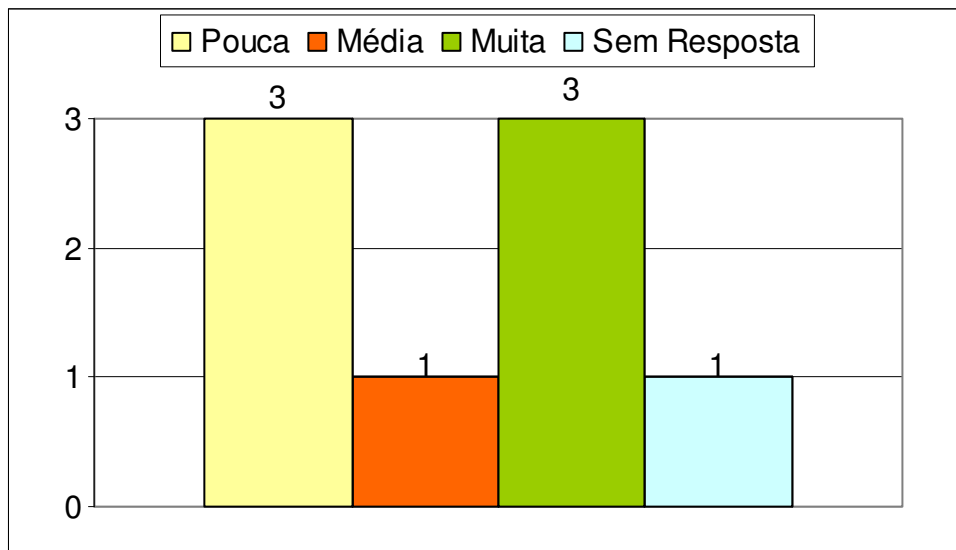


Gráfico 12: Afirmativa 3 - Falta de qualificação em inclusão dos professores de Educação Física.

Analisando o gráfico 12, observa-se que três das escolas consideraram como “pouca” intensidade a afirmativa 3, o mesmo número de escolas consideraram como “muita”, e uma escola considerou como “média”; uma escola não respondeu à questão. A escola D ainda complementou a afirmativa dizendo: *“ao contrário, os professores que trabalham com alunos PNE estão muito bem preparados para trabalhar com estes alunos, pois temos que fazer pós-graduação para atuarmos nesta área”*.

A afirmativa 4 dizia que “Os professores não se sentem preparados para preparar seus alunos PNE para os JOCOP’S”.

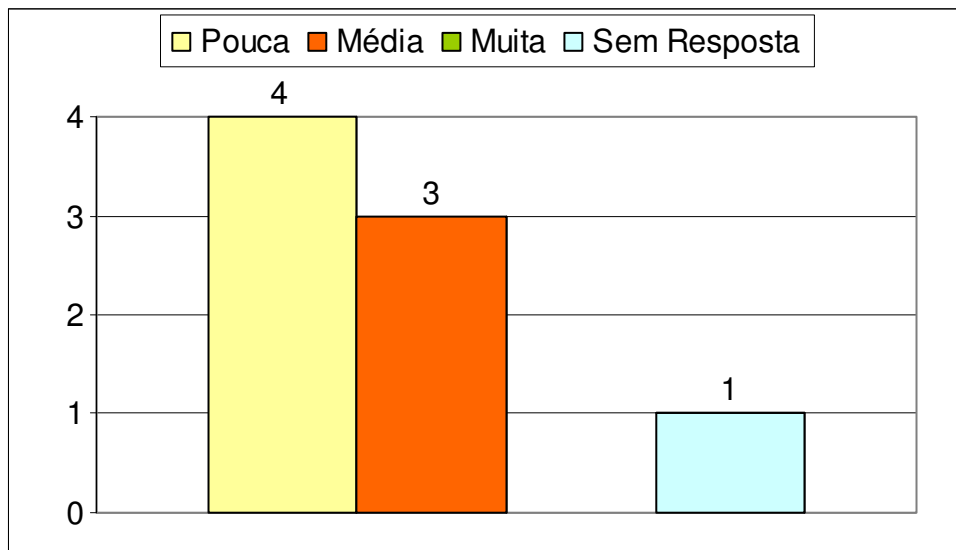


Gráfico 13: Afirmativa 4 - Os professores não se sentem preparados para trabalhar como alunos PNE.

Conforme o gráfico 13, observa-se que quatro escolas consideram esta afirmativa como “pouco” verdadeira, enquanto que três escolas consideram como “média” a intensidade em que ocorre o fato; uma escola não respondeu a esta questão.

A afirmação 5 diz que: “As crianças/jovens que não portam deficiências não foram preparadas sobre como aceitar o colega com deficiência e, por isso, chegam às vezes a rejeitá-lo”.

A escola B acrescentou uma nota sobre esta afirmativa: “*O portador sabe da importância da inclusão porque foi ensinado nas escolas, quem não chega a ele é o “dito normal”*”.

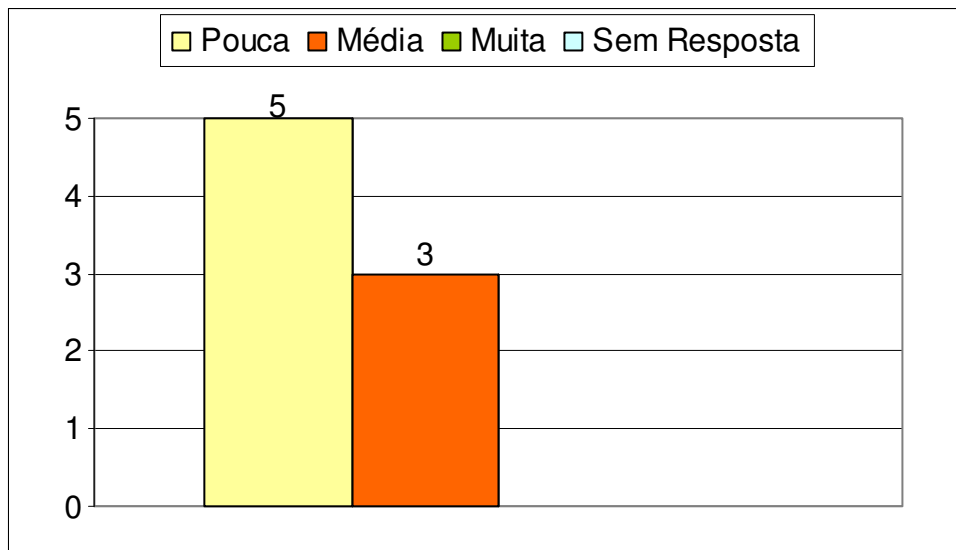


Gráfico 14: Afirmativa 5 - Falta de preparo dos alunos para aceitar o aluno PNE.

Conforme o gráfico 14, cinco escolas consideram que é de “pouca” intensidade esta afirmativa, e três consideram como “média”.

A afirmativa 6, teve como base a problemática quanto aos “locais de jogos, de alojamento e refeitório terem sido construídos para pessoas sem deficiência, marginalizando, de imediato, alunos e portadores de deficiência física e visual”.

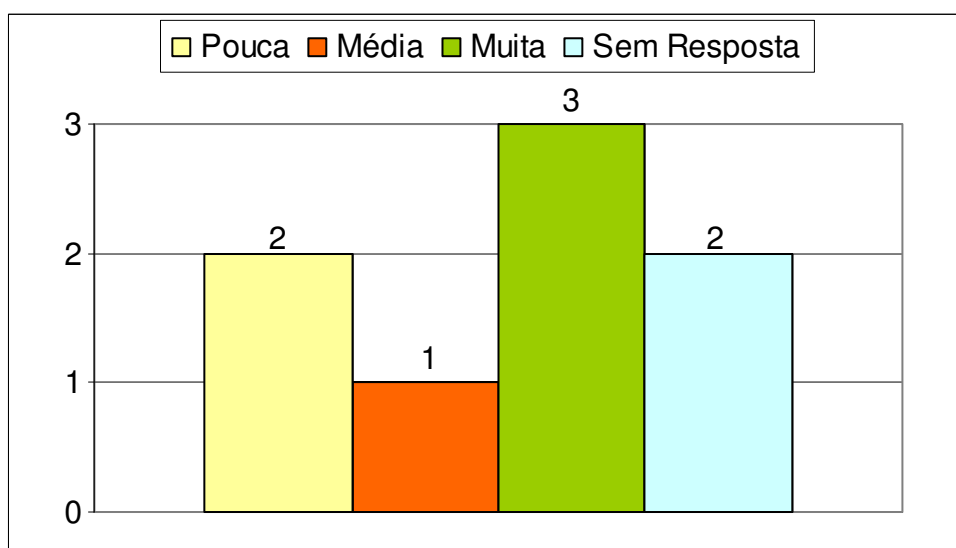


Gráfico 15: Afirmativa 6 - As barreiras arquitetônicas nos alojamentos e refeitórios prejudicam os alunos com Deficiência Física e Visual.



Sobre esta afirmativa, duas escolas consideraram “pouca” a intensidade da questão, uma considerou como “média”, três consideraram como “muita”, e duas escolas não responderam. A escola G acrescentou que: *“Os alojamentos deveriam ser melhores adaptados para alojar pessoas com necessidades especiais e estes alojamentos teriam que ficar mais próximos aos locais das competições e locais com menos risco de assaltos, ou seja, locais de mais segurança”*. A escola C acrescentou que: *“por enquanto a maioria das escolas passam barreiras arquitetônicas, isso só vai mudar com a reforma de todas elas para atender esse tipo de aluno”*.

A afirmativa 7, dizia que: “Muitos dos profissionais da escola se opõe à integração desses alunos”.

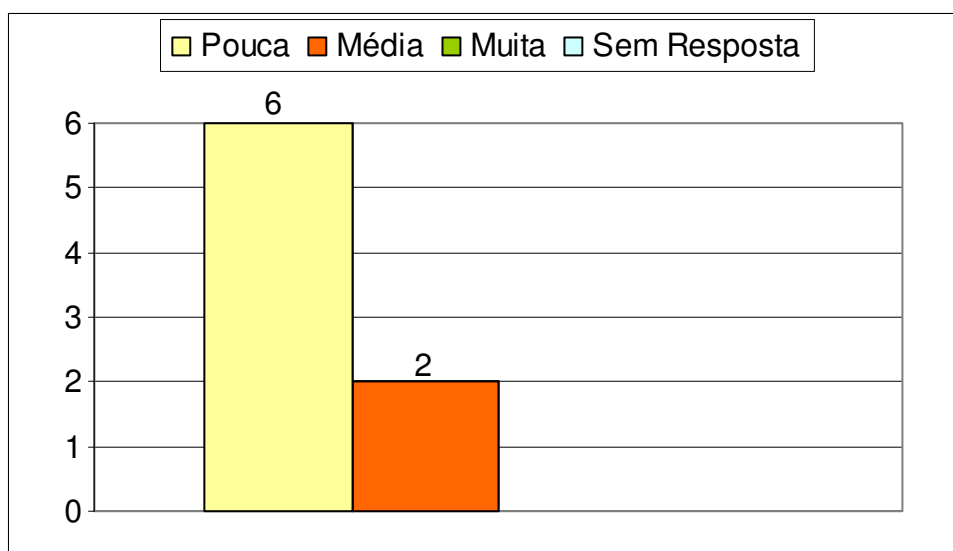


Gráfico 16: Afirmativa 7 - Os profissionais da escola se opõe à integração dos alunos PNE.

Nesta afirmativa, seis escolas consideraram como “pouca” a intensidade desta afirmativa, e duas escolas classificaram como “média”.

A afirmativa 8 dizia que: “Algumas famílias de crianças/jovens não portadores de deficiência temem que este contato seja prejudicial aos seus filhos ou não dignifique a escola”.

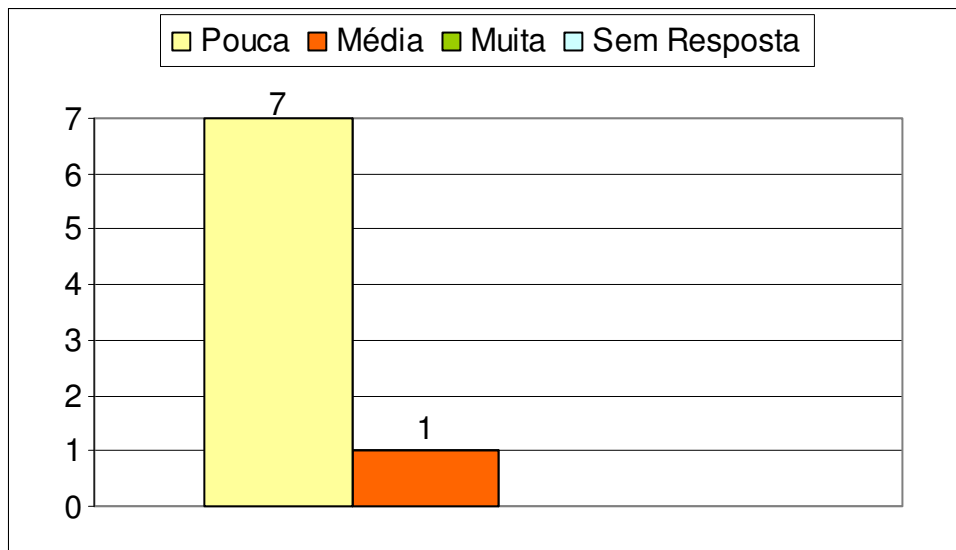


Gráfico 17: Afirmitiva 8 - O contato com alunos PNE é prejudicial ao ver das famílias de crianças sem deficiência.

Quase a totalidade das escolas que responderam ao questionário (sete) consideram esta afirmativa de “pouca” intensidade e somente 1 das escolas considera como “média”.

A afirmativa 9 dizia que: “Os pais e familiares de crianças/jovens com deficiência têm receio de que seu filho tenha dificuldade no relacionamento interpessoal em eventos esportivos como o JOCOP’s”.

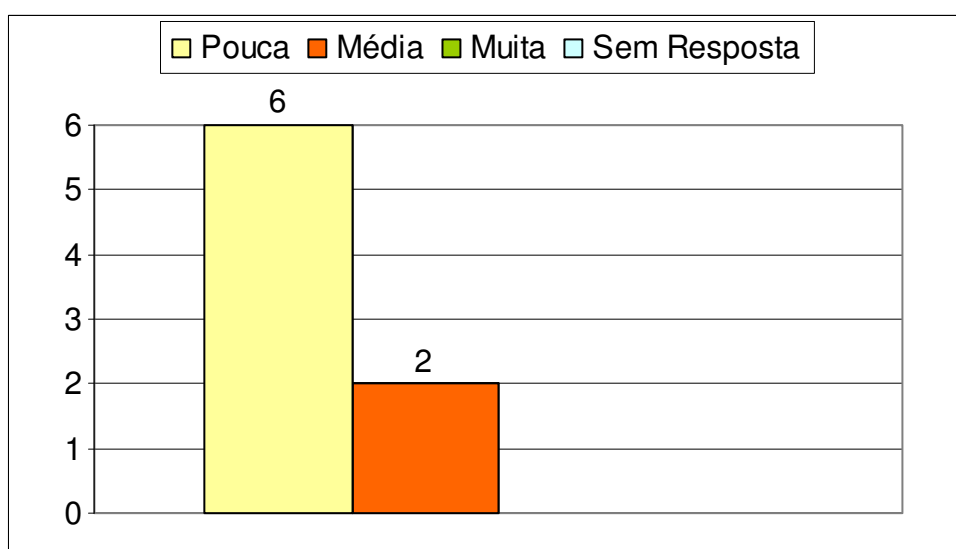


Gráfico 18: Afirmitiva 9 - Os pais de alunos PNE temem que seus filhos tenham dificuldade de se relacionar nos JOCOP’s.

Pela análise do gráfico 18, observa-se que seis escolas consideram tal afirmativa de “pouca” intensidade, enquanto que duas escolas consideram de “média” intensidade.

A última das afirmativas dizia que: “O próprio portador de deficiência não foi ensinado e encorajado a enfrentar o mundo e a sociedade com confiança em si próprio; não sabe que tem um lugar que é seu e que as pessoas sem deficiência necessitam de sua participação, pois mais ninguém pode desempenhar seu papel no grupo a que pertence”.

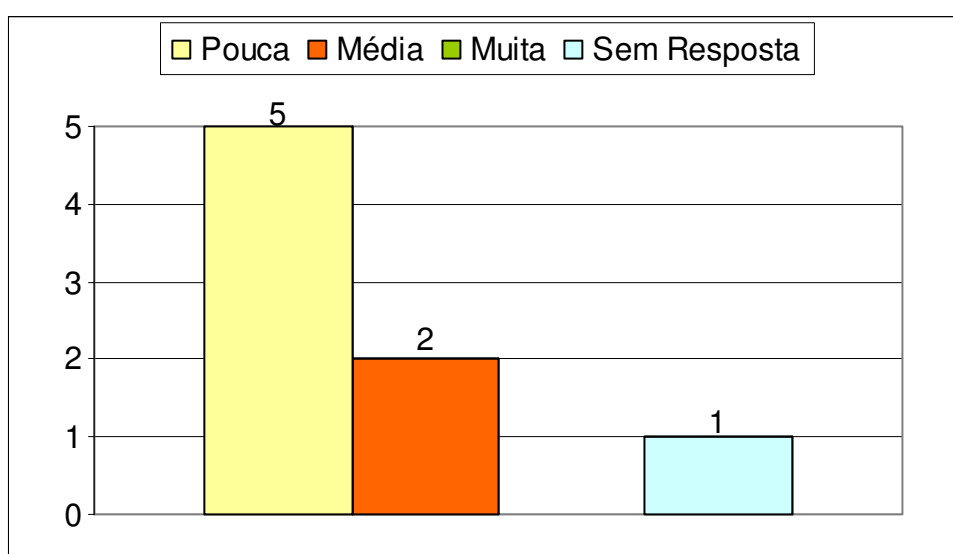


Gráfico 19: Afirmitiva 10 - Falta de conhecimento do aluno PNE sobre seu papel na vida em sociedade.

O gráfico 19, mostra que cinco escolas acreditam que esta afirmação seja de “pouca” intensidade, duas escolas consideram como “média” intensidade e uma das escolas não respondeu a esta questão. A escola D complementa a afirmativa dizendo: *“ao contrário do que está sendo afirmado nesta pergunta, a função da Escola de Ensino Especial APAE é justamente encorajar o aluno PNE a enfrentar o mundo e a sociedade com confiança em si próprio”*.

Na questão 3, deixou-se um espaço para que as escolas relatassem quaisquer outras dificuldades que consideravam como determinantes para efetiva participação dos alunos PNE nos JOCOP’s ou outra observação sobre este tema.

A escola A disse que *“Com o tempo as barreiras inter-pessoais ainda existentes irão se extinguir”*.

A escola H relatou que não teve nenhuma dificuldade com seus alunos, pelo contrário, “*tudo transcorreu normalmente. A dificuldade que encontrei foi na hora do jogo, que existiam equipes mais fortes com alunos com deficiência leve*”.

#### 4.1 DISCUSSÃO

Este tópico de discussão não tem como objetivo responder aos levantamentos feitos por meio desta pesquisa, mas sim descrever as possíveis causas que levaram a ocorrer tais fatos.

Na primeira pergunta do questionário aplicado às escolas de educação especial, levantaram-se algumas questões referentes à maior participação entre os alunos PNE dos que tinham deficiência mental; a modalidade de atletismo obter o maior número de atletas PNE envolvidos, enquanto que a natação teve uma menor quantidade; e a não participação de atletas do sexo feminino e de alunos com as deficiências física, visual e auditiva na modalidade de futsal.

Pode-se tentar responder à primeira destas indagações levando em conta que o esporte para deficientes mentais é mais comum devido à existência das Olimpíadas Especiais, que se iniciaram em 1968, nos Estados Unidos da América, e possui 160 países dos cinco continentes como membros participantes. (LEITÃO; ALMEIDA; SENATORE, 2001, p.62).

A missão das Olimpíadas Especiais no Brasil é:

Proporcionar treinamento e competições esportivas durante todo o ano em diversas modalidades olímpicas, para crianças e adultos portadores de deficiência mental, dando oportunidades para que desenvolvam suas aptidões físicas, demonstrem coragem, tenham momentos alegres e compartilhem seus valores, habilidades e companheirismo, com suas famílias, outros atletas da *Special Olympics Brasil* e a comunidade em geral. (Special Olympics Brasil, 2005).

Leitão, Almeida e Senatore (2001) realizaram um estudo sobre a continuidade da prática esportiva na vida de 79 atletas brasileiros e estrangeiros com deficiência mental que participaram dos Jogos Mundiais de Verão, em 1999 e nos Jogos Mundiais de Inverno, em 2001, ambos realizados nos Estados Unidos, sem a motivação de estar treinando para um campeonato, como no período de férias, de lazer ou feriados. Eles concluíram que:

quando formos capazes de criar o hábito pela prática esportiva, mesmo que seja somente para fins de manutenção da saúde, quando os atletas conseguirem dominar os muitas vezes complexos mecanismos dos esportes, quando a prática deixar de ser uma obrigação e se o trabalho dos professores/técnicos/educadores tiver um compromisso com o respeito às individualidades e a responsabilidade com o esporte que ensinam, ampliando as possibilidades dos portadores de deficiência mental, será possível que se entenda a importância real do esporte, mudando com grande possibilidade de sucesso o sentido de um envolvimento, mesmo que intenso, mais prazeroso e que assim, os atletas poderão continuar suas práticas, *treinando para a vida* (p.63).

Quanto a questão levantada referente a maior participação dos atletas PNE na modalidade de atletismo do que na natação, deve-se levar em conta que a natação foi incluída somente no ano de 2005, nos 52º JOCOP's, e se trata de uma modalidade de pouco acesso à maioria das escolas e da população em geral. A natação adaptada para PNE nos JOCOP's é composta de oito provas, à saber: 50 metros livre, 100 m livre, 50 m costas e 100 m costas em ambos os sexos nas categorias A e B, para alunos com Deficiência Mental ou Deficiência Física; 50 m borboleta, 100 m borboleta, 50 m peito e 100 m peito somente para atletas com Deficiência Mental, de ambos os sexos. Cada escola poderia inscrever dez atletas por categoria e deficiência.

O atletismo também conta com uma maior quantidade de atletas também devido às habilidades básicas que comporta (por exemplo: saltar, correr e lançar) e às diversas provas que comporta. A modalidade de atletismo adaptado nos JOCOP's conta com 17 provas, sendo elas: a caminhada assistida de 10 metros para alunos com Paralisia Cerebral (PC), caminhada de 25 metros PC, corrida de 50 metros PC e Down, lançamento de pelota (200 gramas) e salto em distância parado PC e Down – estas provas para ambos os sexos na categoria DM Aberto. Na classe B, em ambos os sexos existem as provas de 75 metros rasos, 250 m rasos, 1000 m rasos, salto em altura, salto em distância e lançamento de pelota (200 gramas) para as categorias DM Aberto, DV, DF e DA. Na classe A, existem as provas de 100 m rasos, 400 m rasos, 1500 m rasos, revezamento 4x100m rasos, 100 m com barreiras feminino (altura da barreira 0,76 cm), 110 m com barreiras masculino (alt. 0.84 cm), arremesso do peso feminino (4 Kg), arremesso do peso masculino (5 Kg), lançamento de pelota (250 gramas), salto em altura e salto em distância, nas categorias DM Aberto, DV, DF e DA de ambos os sexos.

O último levantamento feito referente à primeira questão foi sobre a não participação de atletas PNE do sexo feminino e com deficiência auditiva, física e visual no futsal. Pelo ocorrido podem ser levantados mais questionamentos ou

hipóteses, como: o futsal não atrai o interesse das alunas ou não há quantidade suficiente de atletas (no mínimo sete) para formar um time para participar de qualquer competição de tal modalidade.

Na segunda questão, onde as escolas avaliaram qualitativamente as condições de viagem, alojamentos, refeitório, a cerimônia de abertura dos JOCOP's, os jogos em si, a atuação da arbitragem e também relataram situações que foram boas e exemplos de inclusão e de discriminação ou preconceito, pode-se observar que quanto às condições de viagem, a maioria das escolas considerou como "ótima" ou "boa", pois suas prefeituras cederam o transporte, visto que, como relatou a escola G, *"o governo do Estado e Secretaria de Esporte não forneceram o transporte para as escolas e cada escola teve que providenciar seu próprio transporte até a capital"*.

Quanto ao alojamento, as opiniões ficaram divididas, pois muitas das escolas que serviram de alojamento ainda não são totalmente adaptadas para atender portadores de necessidades especiais. Mas um ponto considerado positivo para muitas das escolas foi a integração que ocorreu por estarem alojadas no mesmo local as escolas regulares e especiais da mesma região.

Quanto ao refeitório as respostas não foram tão "boas"; várias das escolas descreveram situações em que a comida não estava preparada adequadamente ou em quantidade suficiente durante o todo tempo separado para as refeições, que o local onde foi servido, por ser aberto e as condições climáticas não contribuírem por causa do frio, também não estava adequado.

Quanto à cerimônia de abertura dos JOCOP's, praticamente todas as escolas avaliaram como "ótima" ou "boa", gostaram da objetividade e da inovação. Quanto aos jogos em si apenas uma das escolas relatou alguma dificuldade com relação ao transporte para os locais de jogos, devido ao pequeno número de guias que trabalharam.

Quanto à atuação da arbitragem as opiniões também ficaram divididas, mas a maioria considerou como "boa". Uma escola declarou algumas situações onde percebeu a má atuação de alguns árbitros de futsal e de atletismo, que poderiam ter influenciado no resultados dos jogos ou dos atletas envolvidos.

Sobre as situações onde ocorreram atitudes que revelavam preconceito ou discriminação, uma escola relatou ter sido alvo de preconceito por parte de alunos regulares no momento das refeições; outra disse que não presenciou nenhum caso,

mas que considera que a discriminação por mais sutil que seja sempre irá existir. Nesta mesma questão, duas escolas relataram que nestes jogos não houve situações preconceituosas por eles presenciadas, mas sim, várias situações de integração entre os alunos PNE e os regulares nos alojamentos e refeitório.

Freitas e Cidade (1997, p.20), falando sobre estereótipo, preconceito e estigma, considerados por Amaral (1994) como o tripé da segregação, observam que no caso do portador de deficiência, “o estereótipo que alimenta e cristaliza o preconceito é o rótulo de que o deficiente é ineficiente e incapaz. Além disso, em torno da pessoa portadora de deficiência, forma-se também o estigma que é uma marca, sinal, uma taxação”.

Gebara (2001, p.46) comenta também sobre a questão do estigma, afirmando que quando este se apresenta, é assumido como a “explicitação da realidade crua das *coisas como elas são*”. Ele continua afirmando que a questão essencial é que “os governos, associações e instituições não falam por si, não têm capacidade de pensamento e verbalização, senão pela presença humana”.

Pode-se levantar uma indagação quando uma das escolas afirma que nos Jogos deste ano não presenciou nenhuma situação preconceituosa: e nos anos anteriores, que tipo de preconceitos teria presenciado?

Rose (apud Souza, 2000, p.6) afirma que a ignorância é a base dos preconceitos. Como ignorância considera que são:

noções equivocadas referentes às características físicas, tradições culturais ou crenças de um povo. (...) A ignorância provém tanto da ausência de conhecimentos, como da presença de idéias falsas. A ignorância em si não faz nascer o preconceito, mas favorece o seu desenvolvimento. Quanto ao preconceito, este é acompanhado quase sempre de opiniões inexatas ou sem fundamento no que se refere às pessoas que são objeto desse preconceito. Julga-se as pessoas não pelos seus méritos próprios, mas em função de idéias exageradas e deformadas referentes àquilo que se crê ser as características do seu grupo, admitindo-se erradamente que todos os membros de um mesmo grupo são idênticos e que as exceções não existem ou são insignificantes. A informação é arma poderosa que combate as idéias falsas e completa o conhecimento atacando diretamente o preconceito.

No item referente às situações boas e exemplares, os momentos mais marcantes para as escolas foram os do reconhecimento do público com os aplausos para os atletas especiais, tanto nas provas de natação, quanto nas de atletismo. As escolas também relataram que a integração no alojamento entre os alunos PNE e alunos regulares foi muito boa; ocorreram momentos em que eles dançaram,

conversaram, assistiram a um clássico de futebol, brincaram, mostrando o espírito da inclusão social.

Para Carmo (apud Freitas e Cidade, 1997, p.21), a integração do deficiente na sociedade é analisada de duas formas:

há quem pense que os deficientes estão fora da sociedade e que, portanto, precisam ser integrados; há quem considere que eles nunca estiveram fora da sociedade. O que precisam não é de integração e, sim, que os processos sociais que têm contribuído para afastá-los sejam destruídos ou superados.

A terceira e última pergunta do questionário que verificou a intensidade de dez afirmativas sobre possíveis dificuldades que impediam a inclusão efetiva dos alunos portadores de necessidades especiais nos JOCOP's.

Deve-se levar em conta que na maioria das afirmativas relacionadas às dificuldades, a resposta de “pouca” intensidade pode ter sido marcada por não existir a opção de “nenhuma” intensidade, o que indicaria a ausência de dificuldades. Isso pode ser percebido nas respostas descritivas em que alguns professores disseram não ter presenciado nenhuma situação discriminatória nos JOCOP's do ano de 2005. Um exemplo disto são as afirmativas 1, 2, 5, 7, 8, 9 e 10 que tiveram muitas respostas consideradas de “pouca” intensidade, revelando que não podem ser consideradas plenamente verdadeiras nos JOCOP's tais afirmativas. A escola D criou na Afirmativa 1 uma nova intensidade graduada como “zero”, dizendo não ter presenciado tal situação.

Por este motivo pode-se confirmar a autenticidade da primeira hipótese desta monografia que dizia: “*A participação dos alunos PNE aumenta a cada ano nos JOCOP's, e a inclusão social deles cresce aos poucos na comunidade esportiva*”. A inclusão vem crescendo aos poucos, e algumas dificuldades antigas estão sendo sanadas mediante as experiências no trabalho com alunos PNE e ao aumento do conhecimento sobre o assunto. Isto se confirma com SOUZA (2000) afirmando que “a *inclusão* como processo social amplo vem acontecendo paulatinamente em todo o mundo e efetivamente a partir da década de 50”.

Nesta mesma linha de pensamento, pôde-se observar que a segunda hipótese desta monografia: “*Ainda existe discriminação por parte de professores e alunos participantes dos JOCOP's em relação à participação dos alunos portadores de necessidades especiais nos jogos*”, não foi considerada plenamente verdadeira



devido à quantidade de respostas marcadas como “pouca” intensidade nas afirmativas 1 e 2 que se referiam exatamente à hipótese citada acima. Quatro das escolas que responderam ao questionário acreditam que, em relação aos professores, há “pouca” discriminação, três escolas acreditam que a intensidade da discriminação é “média” – uma escola não respondeu a esta afirmativa. Já a discriminação dos alunos regulares em relação a participação de alunos PNE nos JOCOP’s teve as opiniões divididas entre “pouca” e “média” intensidade, ambas com quatro escolas.

A afirmativa 3 (Gráfico 12), que fala sobre a dificuldade da falta de qualificação dos professores que não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos que pertencem à Educação Física Adaptada ou à inclusão foi uma das que mais obteve respostas consideradas como “muita” intensidade, mas ao mesmo tempo este valor foi idêntico das escolas que consideraram como “pouca” intensidade, revelando que as opiniões nesta afirmativa estão divididas.

David (2005, p.59) buscou verificar como 30 professores de Educação Física do Ensino Fundamental da rede regular e pública do Município de São Caetano do Sul, na grande São Paulo definiam a pessoa com deficiência física e qual o desejo que eles expressavam em relação a tê-los em suas aulas. Seus resultados demonstraram que as definições que os professores deram para pessoa com deficiência física, foram: “limitação”, “necessidades especiais”, “dificuldade e diferenças físicas” e “normal”. E na questão se gostariam de ter alunos com deficiência física na sua aula, 60% respondeu sim, 17% não e 23% não responderam. David, conclui:

os professores não conseguem definir o deficiente físico em termos conceituais (de acordo com as definições existentes na literatura) e não os visualizam para além de suas limitações físicas deixando muitas vezes transparecerem qual a representação social que fazem dos mesmos a partir do que considera-se negativo. Em compensação, gostar de ter estes alunos nas aulas pode ser entendido de duas maneiras: uma como algo desafiador para o professor e outra como uma resposta politicamente correta por se tratarem de escolas públicas. É de se considerar que a falta de conhecimentos teóricos e uma visão bastante limitada sobre estes alunos em algum momento pode ser imprescindível para fundamentar a prática pedagógica, uma vez, que a realidade da inclusão está bastante próxima das aulas de Educação Física.

É fato que a inclusão já está nas escolas regulares e que os professores devem adaptar suas aulas para serem mais inclusivas. E isto exige um preparo dos professores. Como foi citado no capítulo de Fundamentação Teórica, existem muitos professores de Educação Física que estão atuando há anos e que não tiveram em

sua formação de graduação conteúdos específicos sobre inclusão de portadores de necessidades especiais e sobre Educação Física Adaptada. Alguns destes podem não se sentir preparados na questão de embasamento e qualificação profissional.

A afirmativa 4 pode ter seus resultados cruzados com os da afirmativa 3, visto que o fato de o professor se sentir preparado vem não só de sua experiência, como também do seu embasamento para preparar os alunos PNE para participação nos JOCOP's. Nesta afirmativa os graus de intensidade mais assinalados foram o de "pouca", com quatro escolas e o de "média", com três escolas.

A afirmativa 5, se referiu à falta de preparo dos alunos regulares em saber como aceitar o colega PNE, o que levaria muitas vezes a rejeição do mesmo devido a ignorância. Pode-se observar que cinco das escolas considerou esta afirmativa de "pouca" intensidade, enquanto que três considerou de "média" intensidade. Uma das escolas que assinalou como "pouca" intensidade afirmou que a iniciativa de inclusão não parte do aluno dito "normal", e que os alunos PNE conhecem a importância da inclusão.

A afirmativa 6, que se referiu à dificuldade em relação à infra-estrutura dos locais de jogos, alojamento e refeitório adequados para portadores de necessidades especiais foi outra questão que teve grande quantidade de escolas considerando como "muita" intensidade, seguida por "pouca" e "média", revelando que as barreiras arquitetônicas ainda são uma dificuldade na plena inclusão dos PNE nos JOCOP's.

A afirmativa 7 foi uma das que mais teve respostas classificadas como "pouca" intensidade: seis escolas, contra duas que marcaram como "média intensidade", afirmando que muitos dos profissionais da escola se opõe à integração dos alunos PNE.

A afirmativa 8 que dizia que algumas famílias de crianças/jovens não portadores de deficiência temem que o contato com pessoas PNE seja prejudicial aos seus filhos ou não dignifique a escola teve quase a totalidade das escolas (sete) classificando como "pouca" intensidade, e somente uma das escolas classificou como "muita". Essa é uma das questões que poderia ter seu resultado diferenciado se houvesse a opção de intensidade "nenhuma".

A afirmativa 9 teve o mesmo gráfico da afirmativa 7, pois seis das escolas consideraram "pouca" e duas "muita" intensidade a afirmação de que os pais e familiares de crianças/jovens com deficiência têm receio de que seu filho tenha

dificuldade no relacionamento interpessoal em eventos esportivos como os JOCOP's.

Campos e Brum (2004, p.95) afirmam que existe risco de distúrbios psicológicos nas crianças pela prática esportiva competitiva, como apresentar comportamentos de insegurança e estarem sujeitas ao estresse. Eles continuam dizendo que “o desequilíbrio percebido entre a capacidade de resposta e a demanda da resposta resulta em sentimento de incompetência e de falha que ameaça o auto-conceito e a auto-estima da criança”. Scalan (apud COELHO e COELHO, 2000, p.30), comprovou que o “estresse experimentado por uma criança em atividades desportivas ocorre quando a criança sente-se incapaz de atender com sucesso à demanda da performance em uma situação competitiva”. O medo de errar é a causa mais comum de estresse de competição (idem).

Porém, um estudo de Brustand (1989, apud CAMPOS e BRUM, 2004, p.99) demonstrou que “quando a criança tem o constante suporte e encorajamento dos pais para a prática desportiva, ela responde com enorme motivação interna na forma de busca por maiores desafios”. Um outro estudo de Kristen, Patriksson e Fridlund (2003) demonstrou que “crianças com desabilidades físicas envolvidas em práticas desportivas são mais motivadas e enfrentam os desafios do cotidiano com mais persistência e determinação” (idem).

A última das afirmativas da terceira questão, que se tratava da falta de conhecimento do aluno PNE sobre seu papel na vida em sociedade, conta com cinco escolas considerando tal afirmativa como de “pouca” intensidade, duas como “média” intensidade, e uma delas não respondeu à afirmativa.

Mais uma vez, uma grande quantidade de respostas classificadas como “pouca” intensidade nestas últimas quatro afirmativas, e também nas afirmativas nº. 1, 2 e 5, revelam que nenhuma destas pôde ser considerada plenamente verdadeira nos 52º Jogos Colegiais do Paraná, em sua Fase Final, no ano de 2005.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos desta monografia foram atingidos, tendo em vista que foi investigada a inclusão social e esportiva dos alunos PNE nos JOCOP's e observado pela apresentação e discussão dos dados que a hipótese de que a participação dos alunos PNE aumenta a cada ano nos JOCOP's, e a inclusão social deles cresce aos poucos na comunidade esportiva é verdadeira; e a hipótese de que ainda existe discriminação por parte de professores e alunos participantes dos JOCOP's em relação à participação dos alunos portadores de necessidades especiais nos jogos, não pode ser considerada como plenamente verdadeira nestes 52º Jogos Colegiais do Paraná.

Pôde-se concluir que a inclusão social nos JOCOP's, além da inclusão esportiva está efetivamente caracterizada; os JOCOP's promovem a integração entre os alunos PNE e os alunos do ensino regular, por meio do esporte e também por meio de atitudes inclusivas, como o fato de os alojamentos e refeitórios terem sido os mesmos para as escolas especiais e regulares de cada região e os jogos dos PNE acontecerem nos mesmos locais de competição e em horários intercalados com os jogos regulares nas modalidades de atletismo, basquete, futsal e natação. Estes fatores contribuíram para que o público reconhecesse e valorizasse as possibilidades e o esforço dos atletas PNE nos JOCOP's.

Conforme o proposto nos objetivos específicos, para que se a inclusão social e esportiva dos alunos PNE nas futuras edições dos JOCOP's possa ser mais efetiva ainda, serão sugeridos e propostos aqui caminhos para atingir melhoras. Ressalta-se mais uma vez que o esporte permite que a visão de mundo das pessoas envolvidas tenha um crescimento que poderia não ser conseguido de outra forma; praticando esporte as pessoas ganham confiança, aprendem a ter determinação, superar seus limites, e a conviver com pessoas de diversas culturas, unidas pela linguagem universal do esporte.

Algumas escolas sugerem melhoras quanto às barreiras arquitetônicas por meio de reformas em todas as escolas, para atender os alunos PNE; outras sugerem que os locais de competição e de alojamento das escolas que tenham alunos portadores de necessidades especiais sejam mais próximos e em locais mais seguros, com menos risco de assaltos.

Para que continue aumentando a quantidade de alunos PNE participantes dos JOCOP's sugere-se que seja ofertada pela Paraná Esporte uma capacitação alguns meses antes da fase regional dos JOCOP's, aos professores de Educação Física e aos seus auxiliares que preparam os alunos-atletas PNE para os jogos. Nesta capacitação os professores poderão ter maiores informações sobre as adaptações das regras, compartilhar experiências com outras escolas sobre como realizam a Educação Física Adaptada, e sugerir mudanças e adaptações necessárias para que cada vez mais os JOCOP's sejam o maior evento esportivo de inclusão social do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, C. **Inclusão no trabalho**. In: Abranches, C. et al. Inclusão dá trabalho. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2000. 136 p.

CAMPOS, Wagner de; BRUM, V.P. **Criança no Esporte**. Curitiba: Os Autores, 2004 149 p.

CIDADE; FREITAS. Educação Física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escolas. In: **Revista Integração** – Educação Física Adaptada - Ano 14 - Edição Especial/2002, p. 26-32 - ISSN - 1677-8073. Secretaria de Educação Especial – Ministério da Educação

COELHO, R.W.; COELHO, Y.B. Estudo comparativo entre o nível de estresse de crianças envolvidas em diferentes esportes organizados e em atividades físicas competitivas informais. **Revista Treinamento Desportivo**, V.5, N.1, 27-39, 2000.

DAVID, P.A. A visão do professor de educação física sobre o deficiente físico. In: Resumos Temas Livres da **Revista da Sobama** Dezembro 2005, Vol. 10, n.1, Suplemento, p.59.

FREITAS, P. S. de; CIDADE, R. E. A. **Noções sobre educação física e esporte para pessoas portadoras de deficiência – uma abordagem para professores de 1º e 2º graus**. Uberlândia: Gráfica Breda, 1997. 86 p

GEBARA, Ademir. **Estigma**. Revista da SOBAMA, dezembro de 2001, Vol. 6 n.1, pp.45-46. Rio Claro: Editora e Artes Gráficas Ltda. Divisa.

GLAT, Rosana; OLIVEIRA, Eloíza. **Adaptação Curricular - Educação Inclusiva no Brasil** 1 - Banco Mundial – Cnotinfor Portugal. Disponível em formato Acrobat Reader em: <[http://www.cnotinfor.pt/inclusiva/pdf/Adaptacao\\_curricular\\_pt.pdf](http://www.cnotinfor.pt/inclusiva/pdf/Adaptacao_curricular_pt.pdf)> Acesso em: 27/07/2005.

GOVERNO DO PARANÁ – Secretaria de Estado da Educação – Paraná Esporte – Núcleos Regionais de Ensino – Centros Regionais de Esporte E Lazer – **52º Jogos Colegiais do Paraná – Regulamento**. 2005. 72p. Disponível em formato Acrobat Reader em: <[http://www.pr.gov.br/paranaesporte/pdf/regulamento\\_jocops2005.pdf](http://www.pr.gov.br/paranaesporte/pdf/regulamento_jocops2005.pdf)> Acesso em 25/10/2005.

GUIMARÃES, Márcia; ROSS, Paulo. **História da Educação Especial no Brasil**. Curitiba: IBPEX, 2003, 100 p.

HELAL, Ronaldo. **O que é sociologia do esporte**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. 80 p.

LEITÃO; ALMEIDA; SENATORE. **Esporte para Portadores de Deficiência Mental: Treinando para a Vida?** Anais. IV Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada. SOBAMA: Curitiba, 2001. 227p.

MANTOAN, M. T. E.. O direito à diferença na igualdade **dos direitos - Questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências**. In: Colóquio - Ética da Inclusão, v. 1, Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2004, p. 94-104.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial – Legislação Específica/Documentos Internacionais. **Convenção da Organização dos Estados Americanos**. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Disponível em formato Acrobat Reader em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>> Acesso em 25/10/2005.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente - Educação Especial**. Lei nº. 8069 de 13 de julho de 1990. Disponível em formato Acrobat Reader em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069\\_01.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_01.pdf)> Acesso em 25/10/2005.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Decreto n.º 914 de 6 de Setembro de 1993. Capítulo III - Das Diretrizes Art. 5º - Disponível em formato Acrobat Reader em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec914.pdf>> Acesso em 25/10/2005.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação - Educação Especial - Artigo 208, inciso III**. Disponível em formato Acrobat Reader em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/plano1.pdf>> Acesso em 25/10/2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Entrevista com Romeu Kazumi Sasaki. In: **Revista Integração** – Nº 20, Ano 8, p. 8-10, 1998. Secretaria de Educação Especial – Ministério da Educação e do Desporto. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/art\\_entrevista\\_com\\_romeu.asp](http://www.educacaoonline.pro.br/art_entrevista_com_romeu.asp)> Acesso em: 05/06/2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão – Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 176p.

SCHLEDER, Iran. **O maior evento de inclusão social através do esporte entra em sua fase final.** PARANÁ ESPORTE. Jogos Colegiais do Paraná 2005. Disponível em: <[http://www.pr.gov.br/jogoscolegiais2005/noticia\\_historico.shtml](http://www.pr.gov.br/jogoscolegiais2005/noticia_historico.shtml)> Acesso em: 06/07/2005.

SILVA, Heloisa H. R.da; SILVA, Maria de L. A. **Metodologia da Pesquisa – Tipos de Pesquisa.** e-mail: [heloisasalesianolins@salesianolins.br](mailto:heloisasalesianolins@salesianolins.br); e-mail: [salesiano@salesianolins.br](mailto:salesiano@salesianolins.br), Acesso em [2005].

SIMON, Jean. **A integração escolar das crianças deficientes.** 2. ed. Porto: Edições Asa, 2000. 143 p.

SOUZA, R.E.C. e. **Os estabelecidos e os *outsiders*: Traçando um paralelo com a inclusão do portador de deficiência na escola.** Revista da SOBAMA, dezembro de 2000, Vol. 5 n.1, pp.5-7. Rio Claro: Editora e Artes Gráficas Ltda. Divisa.

Special Olympics Brasil. Site Oficial. Missão. Disponível em: <<http://www.specialolympicsbrasil.org.br/missao.htm>> Acesso em: 26/10/2005.



## **APÊNDICE**

## **APÊNDICE A**

Questionário aplicado às escolas participantes dos JOCOP's

PÓS-GRADUAÇÃO METODOLOGIAS INOVADORAS APLICADAS À EDUCAÇÃO  
ESPECIFICIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA – FACINTER

Profª Evelyn Bettinelli Romualdo

**Monografia: “A inclusão social e esportiva dos portadores de necessidades especiais nos Jogos Colegiais do Paraná”**

**QUESTIONÁRIO**

Quanto à inclusão social e esportiva dos alunos portadores de necessidades especiais nos Jogos Colegiais do Paraná 2005, responda às seguintes questões:

1) Sua escola participou em quais modalidades? Em quais categorias? Com quantos participantes em cada categoria e tipo de deficiência?

**( ) atletismo**

MA ( ) (DA: \_\_\_\_\_ DM aberto: \_\_\_\_\_ DM Síndrome de Down: \_\_\_\_\_ DM PC: \_\_\_\_\_)

MB ( ) (DA: \_\_\_\_\_ DM aberto: \_\_\_\_\_ DM Síndrome de Down: \_\_\_\_\_ DM PC: \_\_\_\_\_)

FA ( ) (DA: \_\_\_\_\_ DM aberto: \_\_\_\_\_ DM Síndrome de Down: \_\_\_\_\_ DM PC: \_\_\_\_\_)

FB ( ) (DA: \_\_\_\_\_ DM aberto: \_\_\_\_\_ DM Síndrome de Down: \_\_\_\_\_ DM PC: \_\_\_\_\_)

**( ) basquete**

MA ( ) (DA: \_\_\_\_\_ DM aberto: \_\_\_\_\_ DM Síndrome de Down: \_\_\_\_\_ DM PC: \_\_\_\_\_)

MB ( ) (DA: \_\_\_\_\_ DM aberto: \_\_\_\_\_ DM Síndrome de Down: \_\_\_\_\_ DM PC: \_\_\_\_\_)

FA ( ) (DA: \_\_\_\_\_ DM aberto: \_\_\_\_\_ DM Síndrome de Down: \_\_\_\_\_ DM PC: \_\_\_\_\_)

FB ( ) (DA: \_\_\_\_\_ DM aberto: \_\_\_\_\_ DM Síndrome de Down: \_\_\_\_\_ DM PC: \_\_\_\_\_)

**( ) futsal**

MA ( ) (DA: \_\_\_\_\_ DM aberto: \_\_\_\_\_ DM Síndrome de Down: \_\_\_\_\_ DM PC: \_\_\_\_\_)

MB ( ) (DA: \_\_\_\_\_ DM aberto: \_\_\_\_\_ DM Síndrome de Down: \_\_\_\_\_ DM PC: \_\_\_\_\_)

FA ( ) (DA: \_\_\_\_\_ DM aberto: \_\_\_\_\_ DM Síndrome de Down: \_\_\_\_\_ DM PC: \_\_\_\_\_)

FB ( ) (DA: \_\_\_\_\_ DM aberto: \_\_\_\_\_ DM Síndrome de Down: \_\_\_\_\_ DM PC: \_\_\_\_\_)

**( ) natação**

MA ( ) (DA: \_\_\_\_\_ DM aberto: \_\_\_\_\_ DM Síndrome de Down: \_\_\_\_\_ DM PC: \_\_\_\_\_)

MB ( ) (DA: \_\_\_\_\_ DM aberto: \_\_\_\_\_ DM Síndrome de Down: \_\_\_\_\_ DM PC: \_\_\_\_\_)

FA ( ) (DA: \_\_\_\_\_ DM aberto: \_\_\_\_\_ DM Síndrome de Down: \_\_\_\_\_ DM PC: \_\_\_\_\_)

FB ( ) (DA: \_\_\_\_\_ DM aberto: \_\_\_\_\_ DM Síndrome de Down: \_\_\_\_\_ DM PC: \_\_\_\_\_)

2) No papel de dirigente, como você avalia quantitativamente (ótimo, bom, regular, péssimo) e qualitativamente (relatando a qualidade do atendimento em relação à infra-estrutura e tratamento das pessoas) os 52º JOCOP's, nas seguintes questões:

a) condições de viagem: ( ) ótimo, ( ) bom, ( ) regular, ( ) péssimo

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

b) alojamentos: ( ) ótimo, ( ) bom, ( ) regular, ( ) péssimo

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

c) refeitório: ( ) ótimo, ( ) bom, ( ) regular, ( ) péssimo

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

d) jogos/abertura: ( ) ótimo, ( ) bom, ( ) regular, ( ) péssimo

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

e) atuação da arbitragem: ( ) ótimo, ( ) bom, ( ) regular, ( ) péssimo

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

f) situações preconceituosas/discriminatórias:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

g) situações boas/exemplares:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

3) Em sua opinião, quais são as dificuldades que impedem que a inclusão social dos PNE nos JOCOP's seja efetiva? Marque a intensidade que cada uma representa delas representa para você: 1 – pouca, 2 – média, 3 – muita.

(\_\_\_\_\_) Ainda existe discriminação por parte de professores participantes dos JOCOP's contra a participação dos alunos portadores de necessidades especiais nos jogos.

(\_\_\_\_\_) Ainda existe discriminação por parte de alunos regulares participantes dos JOCOP's contra a participação dos alunos portadores de necessidades especiais nos jogos.

(\_\_\_\_\_) Falta de qualificação dos professores que não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos que pertencem à Educação Física Adaptada ou à inclusão.

(\_\_\_\_\_) Os professores não se sentem preparados para preparar seus alunos PNE para os JOCOP'S.

(\_\_\_\_\_) As crianças/jovens que não portam deficiências não foram preparadas sobre como aceitar o colega com deficiência e, por isso, chegam às vezes a rejeitá-lo.

(\_\_\_\_\_) Os locais de jogos, de alojamento e refeitório foram construídos para pessoas sem deficiência, marginalizando, de imediato, alunos e portadores de deficiência física e visual.

(\_\_\_\_\_) Muitos dos profissionais da escola se opõe à integração desses alunos.

(\_\_\_\_\_) Algumas famílias de crianças/jovens não portadores de deficiência temem que este contato seja prejudicial a seus filhos ou não dignifique a escola.

(\_\_\_\_\_) Os pais e familiares de crianças/jovens com deficiência têm receio de que seu filho tenha dificuldade no relacionamento interpessoal em eventos esportivos como o JOCOP's.

(\_\_\_\_\_) O próprio portador de deficiência não foi ensinado e encorajado a enfrentar o mundo e a sociedade com confiança em si próprio; não sabe que tem um lugar que é seu e que as pessoas sem deficiência necessitam de sua participação, pois mais ninguém pode desempenhar seu papel no grupo a que pertence.

Outras: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_